
Análise dos resultados

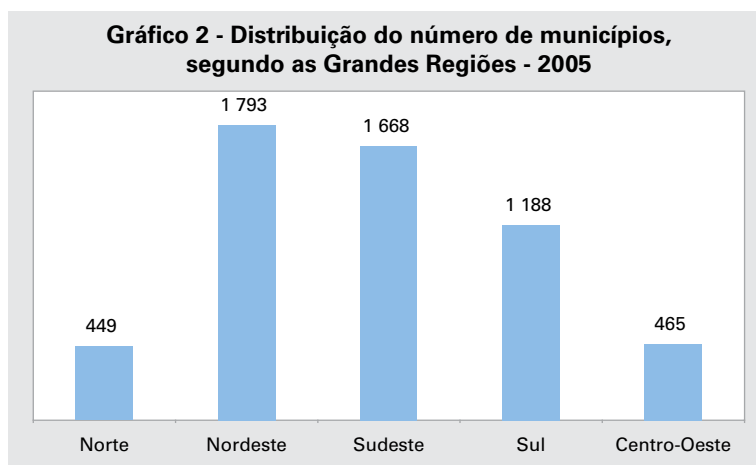
Um sistema de indicadores municipais com informações econômicas e sociais é insumo básico para o planejamento de políticas e alocação de recursos públicos municipais. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que deu mais responsabilidade e autonomia aos Municípios, ampliaram-se as demandas por informações econômicas padronizadas e comparáveis em níveis municipais, por parte de agentes públicos e privados; de estudiosos da economia; e da sociedade em geral. Esses indicadores permitem identificar as áreas segundo o grau de desenvolvimento econômico, produzindo informações que captam as especificidades do País, estabelecem objetivos e definem prioridades.

Esta publicação apresenta uma série de variáveis econômicas que permitem analisar algumas relações municipais, como, por exemplo, o valor adicionado corrente dos grandes setores econômicos: agropecuária, indústria e serviços. Estes dados permitem traçar um perfil econômico setorial e analisar o PIB e o PIB *per capita* por município. Além das informações acima, destacou-se o valor adicionado corrente da administração pública, defesa e seguridade social devido à importância desta atividade na economia brasileira. Os dados do Distrito Federal, embora constem desta publicação, são os publicados nas Contas Regionais.

A malha municipal utilizada foi a do ano 2005, na qual a extensão territorial brasileira estava administrativamente dividida em 5 564 municípios, que apresentavam uma grande diversidade de recursos naturais, de variações climáticas e de situações econômicas, sociais e políticas. Os Gráficos 1 e 2 apresentam a distribuição dos municípios no País por Unidade da Federação e por Grandes Regiões, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
 Nota: Exclusive o Distrito Federal.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
 Nota: Exclusive o Distrito Federal.

Em 2005, foram instalados quatro novos municípios. Assim, o número de municípios no País passou de 5 560 para 5 564. No Quadro 1, são apresentados os novos municípios e os municípios de origem.

Quadro 1 - Municípios instalados em 2005 e municípios de origem, segundo as Unidades da Federação

Unidades da Federação	Municípios instalados em 2005	Municípios de origem
Piauí Mato Grosso do Sul Mato Grosso Mato Grosso	Aroeiras do Itaim Figueirão Ipiranga do Norte Itanhangá	Picos Camapuã e Costa Rica Tapurah Tapurah

Fonte: Municípios criados e instalados. Rio de Janeiro: IBGE, [2006]. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/Organizacao/Municípios_Criados_e_Instalados/A_Legislacao_Municipal_Municípios_Vigentes.xls>. Acesso em: out. 2007.

Produto Interno Bruto

Reflexos das novas séries nacionais e regionais

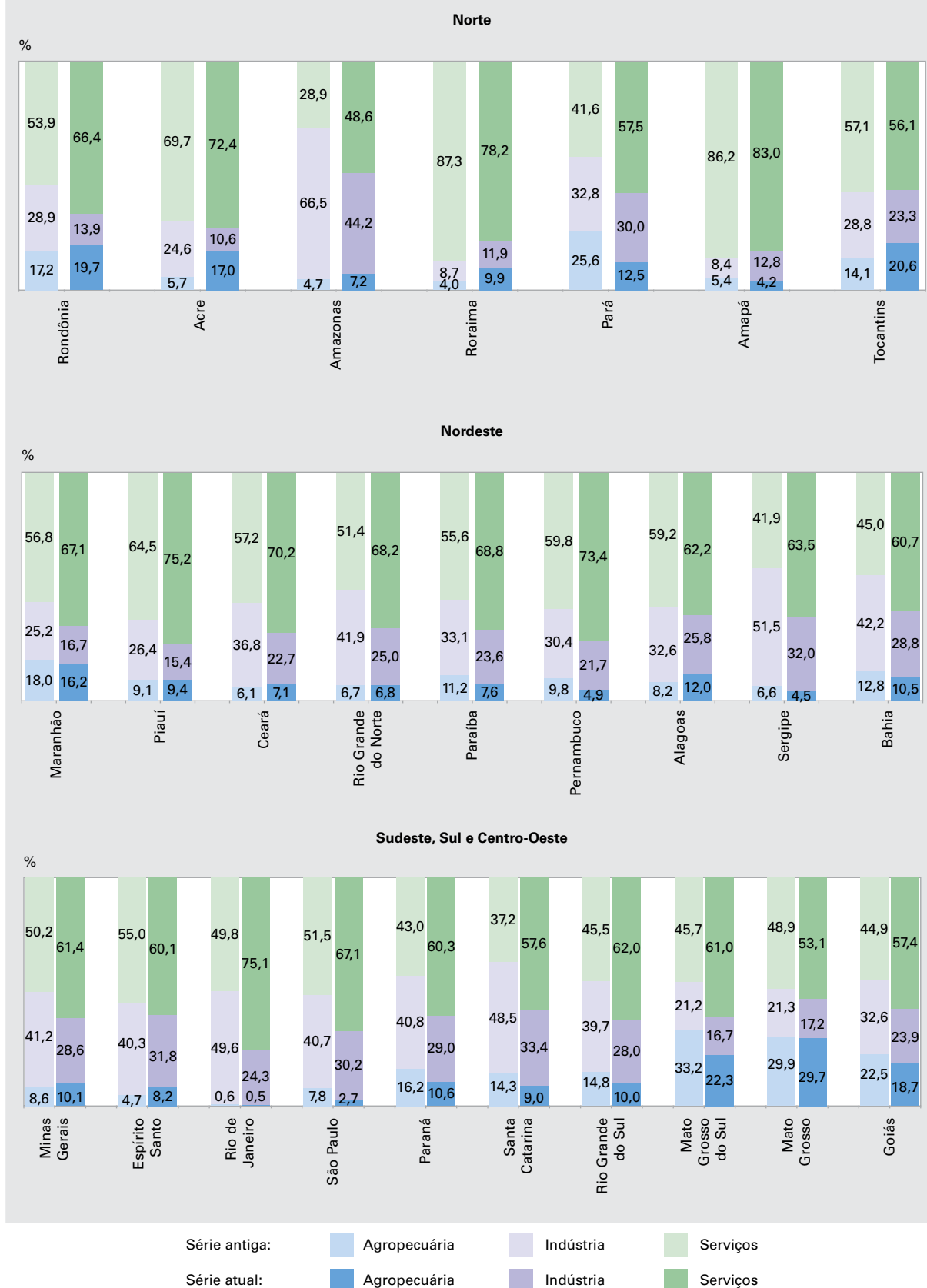
A nova série das Contas Nacionais⁷ e das Contas Regionais⁸, divulgadas em 2007, atualizou a composição do PIB de todas as Unidades da Federação, com reflexos diretos no PIB dos Municípios. A principal mudança estrutural refere-se ao setor de serviços: considerando o ano 2002, esse setor ganhou peso na nova série de Contas Nacionais passando a representar 66,3% do valor adicionado. Esse aumento correspondeu a um ganho em mais de 10 pontos percentuais já que, anteriormente, o peso desse setor era de 55,7%, no mesmo período. Ao contrário, as atividades agropecuária e indústria perderam participação, passando, respectivamente, de 8,2% para 6,6% e de 36,0% para 27,1%. Essa alteração dos pesos nacionais afetou diretamente os pesos estaduais, mas não de forma proporcional.

Salienta-se que o aumento do peso do setor serviços no País acarretou ganho de participação nos municípios em que há concentração dessa atividade, em especial nos municípios das capitais.

No Gráfico 3 observa-se as diferenças dos setores de atividades em cada Unidade da Federação, em 2002.

⁷ Informações metodológicas podem ser obtidas no portal do IBGE na Internet, em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/>.

⁸ Informações metodológicas podem ser obtidas no portal do IBGE na Internet, em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002_2005/default.shtm.

Gráfico 3 - Composição do PIB, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

No Anexo 2, constam os pesos, antigos e atuais, do valor adicionado por atividade econômica, segundo a Unidade da Federação para os anos 2002 a 2005. Para o cálculo dos pesos referentes à série antiga, distribuiu-se o *dummy* financeiro de forma proporcional aos valores adicionados correspondentes, uma vez que, na nova série de Contas Nacionais, o produto serviços de intermediação financeira indiretamente medidos foi distribuído pelos utilizadores, possibilitando a eliminação da atividade fictícia *dummy* financeiro.

A mudança estrutural na composição do PIB acarretou mudanças na participação percentual de cada Unidade da Federação no País. Em 2002, o Estado de São Paulo ganhou 2 pontos percentuais na participação do valor adicionado, enquanto o Estado do Rio de Janeiro perdeu 1,4 ponto percentual em relação aos pesos anteriores. O ganho de participação no País do Estado de São Paulo ocorreu nas atividades indústria e serviços, e a perda de participação do Rio de Janeiro foi verificada no setor industrial.

A Tabela 1 apresenta uma comparação desses pesos para todas as Unidades da Federação.

Tabela 1 - Participação dos setores de atividades e do valor adicionado em relação ao Brasil para as séries antiga e atual, segundo as Unidades da Federação - 2002

Unidades da Federação	Participação em relação ao Brasil (%)											
	Agropecuária			Indústria			Serviços			Valor adicionado		
	Série antiga	Série atual	Diferença absoluta	Série antiga	Série atual	Diferença absoluta	Série antiga	Série atual	Diferença absoluta	Série antiga	Série atual	Diferença absoluta
Brasil	100,00	100,00	..	100,00	100,00	..	100,00	100,00	..	100,00	100,00	..
Rondônia	0,98	1,63	0,6	0,40	0,28	-0,1	0,59	0,55	0,0	0,55	0,55	0,0
Acre	0,10	0,53	0,4	0,11	0,08	0,0	0,24	0,23	0,0	0,17	0,21	0,0
Amazonas	0,91	1,56	0,6	3,13	2,33	(-) 0,8	1,09	1,05	0,0	1,89	1,43	(-) 0,5
Roraima	0,05	0,25	0,2	0,02	0,07	0,0	0,20	0,20	0,0	0,11	0,17	0,1
Pará	5,20	3,44	(-) 1,8	1,60	2,02	0,4	1,63	1,58	0,0	1,96	1,82	(-) 0,1
Amapá	0,12	0,15	0,0	0,04	0,12	0,1	0,36	0,30	(-) 0,1	0,21	0,24	0,0
Tocantins	0,38	1,24	0,9	0,19	0,34	0,2	0,29	0,34	0,0	0,26	0,40	0,1
Maranhão	1,61	2,72	1,1	0,54	0,69	0,1	0,98	1,12	0,1	0,86	1,11	0,2
Piauí	0,44	0,74	0,3	0,30	0,30	0,0	0,59	0,59	0,0	0,46	0,52	0,1
Ceará	1,12	2,15	1,0	1,63	1,67	0,0	2,03	2,11	0,1	1,78	1,99	0,2
Rio Grande do Norte	0,61	0,87	0,3	0,91	0,78	(-) 0,1	0,90	0,87	0,0	0,88	0,85	0,0
Paraíba	1,02	1,00	0,0	0,73	0,76	0,0	0,98	0,91	(-) 0,1	0,88	0,87	0,0
Pernambuco	2,78	1,78	(-) 1,0	2,08	1,92	(-) 0,2	3,27	2,66	(-) 0,6	2,75	2,40	(-) 0,3
Alagoas	0,56	1,27	0,7	0,53	0,67	0,1	0,77	0,66	(-) 0,1	0,66	0,70	0,0
Sergipe	0,49	0,45	0,0	0,93	0,78	(-) 0,1	0,60	0,63	0,03	0,72	0,66	(-) 0,1
Bahia	6,16	6,58	0,4	4,88	4,41	(-) 0,5	4,16	3,78	(-) 0,4	4,64	4,14	(-) 0,5
Minas Gerais	8,35	13,25	4,9	9,69	9,21	(-) 0,5	9,44	8,06	(-) 1,4	9,43	8,71	(-) 0,7
Espírito Santo	0,86	2,15	1,3	1,75	2,05	0,3	1,91	1,58	(-) 0,3	1,74	1,74	0,0
Rio de Janeiro	0,79	0,95	0,2	16,00	10,40	(-) 5,6	12,86	13,11	0,2	12,95	11,57	(-) 1,4
São Paulo	25,67	13,55	(-) 12,1	32,13	37,65	5,5	32,49	34,11	1,6	31,68	33,71	2,0
Paraná	10,28	9,76	(-) 0,5	6,23	6,51	0,28	5,25	5,52	0,3	6,13	6,07	(-) 0,1
Santa Catarina	5,80	5,24	(-) 0,6	4,75	4,75	(-) 0,0	2,91	3,34	0,4	3,93	3,85	(-) 0,1
Rio Grande do Sul	12,09	10,97	(-) 1,1	7,81	7,48	(-) 0,3	7,16	6,75	(-) 0,4	7,90	7,23	(-) 0,7
Mato Grosso do Sul	3,94	3,55	(-) 0,4	0,60	0,65	0,0	1,04	0,97	(-) 0,1	1,15	1,05	(-) 0,1
Mato Grosso	4,09	6,56	2,5	0,70	0,93	0,2	1,29	1,17	(-) 0,1	1,33	1,46	0,1
Goiás	5,42	7,36	1,9	1,89	2,30	0,4	2,08	2,25	0,2	2,33	2,60	0,3
Distrito Federal	0,20	0,28	0,1	0,42	0,87	0,4	4,89	5,56	0,7	2,64	3,94	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O maior ganho em participação no País da atividade agropecuária, 4,9 pontos percentuais, foi registrado no Estado de Minas Gerais, que passou a representar 13,25% do valor adicionado dessa atividade no País. O Estado de São Paulo apresentou a maior perda de participação no valor adicionado da agropecuária, 12,1 pontos percentuais, passando a participar com 13,55% do total da atividade.

O Estado de São Paulo evidenciou o maior ganho no setor industrial na nova série (5,5 p.p.). A maior perda na estrutura produtiva industrial foi verificada no Estado do Rio de Janeiro (5,6 p.p.).

São Paulo e Minas Gerais tiveram o maior ganho (1,6 ponto percentual) e a maior perda (1,4 ponto percentual), respectivamente, no setor de serviços.

Os ganhos e perdas na participação de cada Unidade da Federação no País, evidenciado pela nova estrutura dos setores produtivos, afetaram diretamente as estimativas do PIB Municipal.

O PIB Municipal

Análise da concentração do PIB

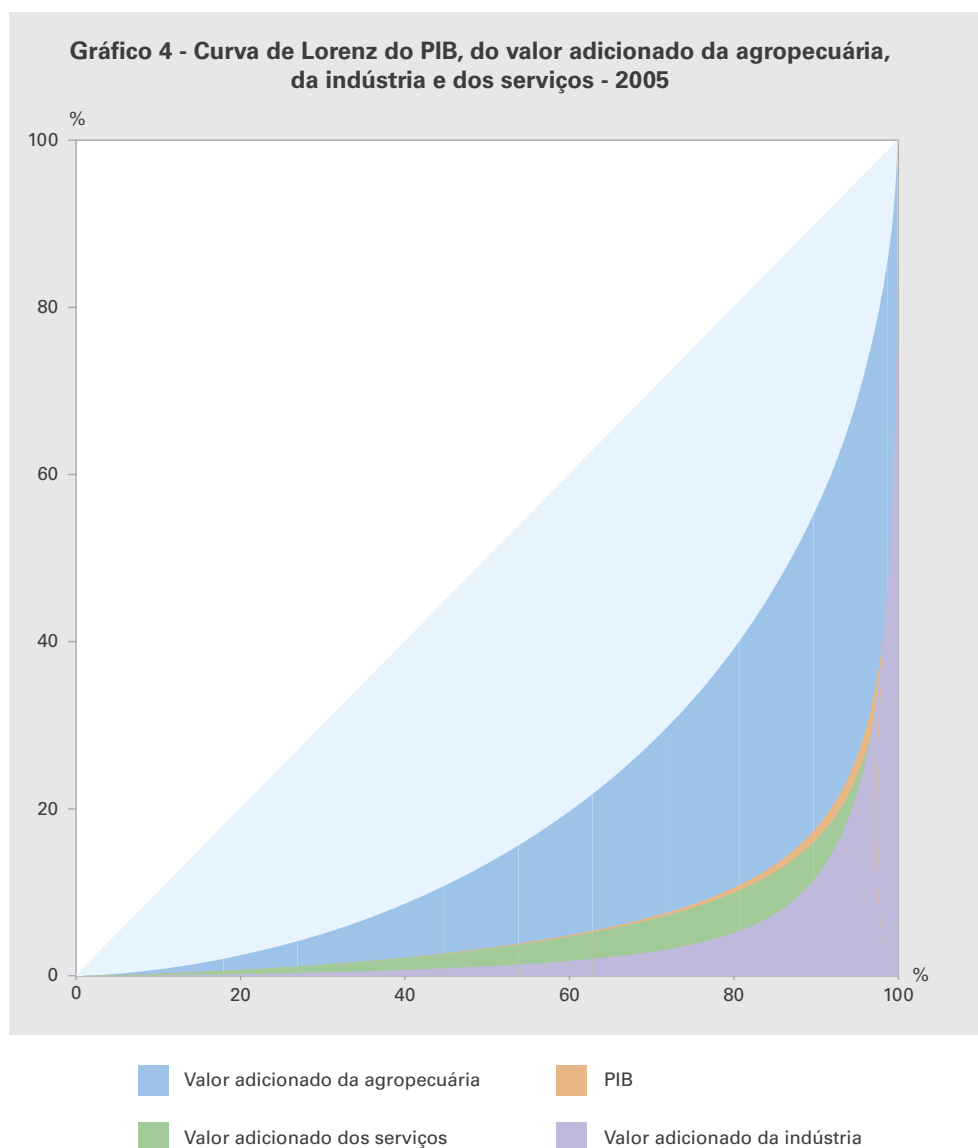
As informações do PIB dos Municípios permitem avaliar, dentre outros aspectos, a concentração econômica do País. A seguir, apresentam-se alguns resultados cujo enfoque é a medida de concentração da renda do País. Essa concentração de renda é analisada pela curva de Lorenz e pelo índice de Gini, pela distribuição de frequência acumulada, por um indicador que quantifica a desigualdade de renda e pela participação dos cinco maiores municípios em relação à Unidade da Federação.

Curva de Lorenz e o índice de Gini

A curva de Lorenz⁹ para o PIB, para o valor adicionado da agropecuária, da indústria e dos serviços evidencia a concentração da economia nacional e está representada no Gráfico 4.

O índice de Gini para o PIB, em 2005, foi de 0,86, enquanto para o valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços foi de 0,57, 0,91 e 0,87, respectivamente. No que diz respeito à desigualdade, a agropecuária é a atividade econômica que apresentou o menor grau de concentração, na medida em que sua curva de Lorenz situou-se acima das demais. O inverso ocorre com as atividades serviços e indústria, cujas curvas situaram-se abaixo daquela da agropecuária, evidenciando grande concentração. Como o peso dos serviços ultrapassa 65% do valor adicionado total (em 2005, a agropecuária registrou R\$105 163 milhões, a indústria, R\$ 539 316 milhões e os serviços, R\$ 1 197 774 milhões), a curva de Lorenz do PIB estava bem próxima da curva desta atividade. A atividade industrial, representada pela curva mais a direita, mostra grande concentração. Consta do Anexo 3 o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, para o ano de 2005.

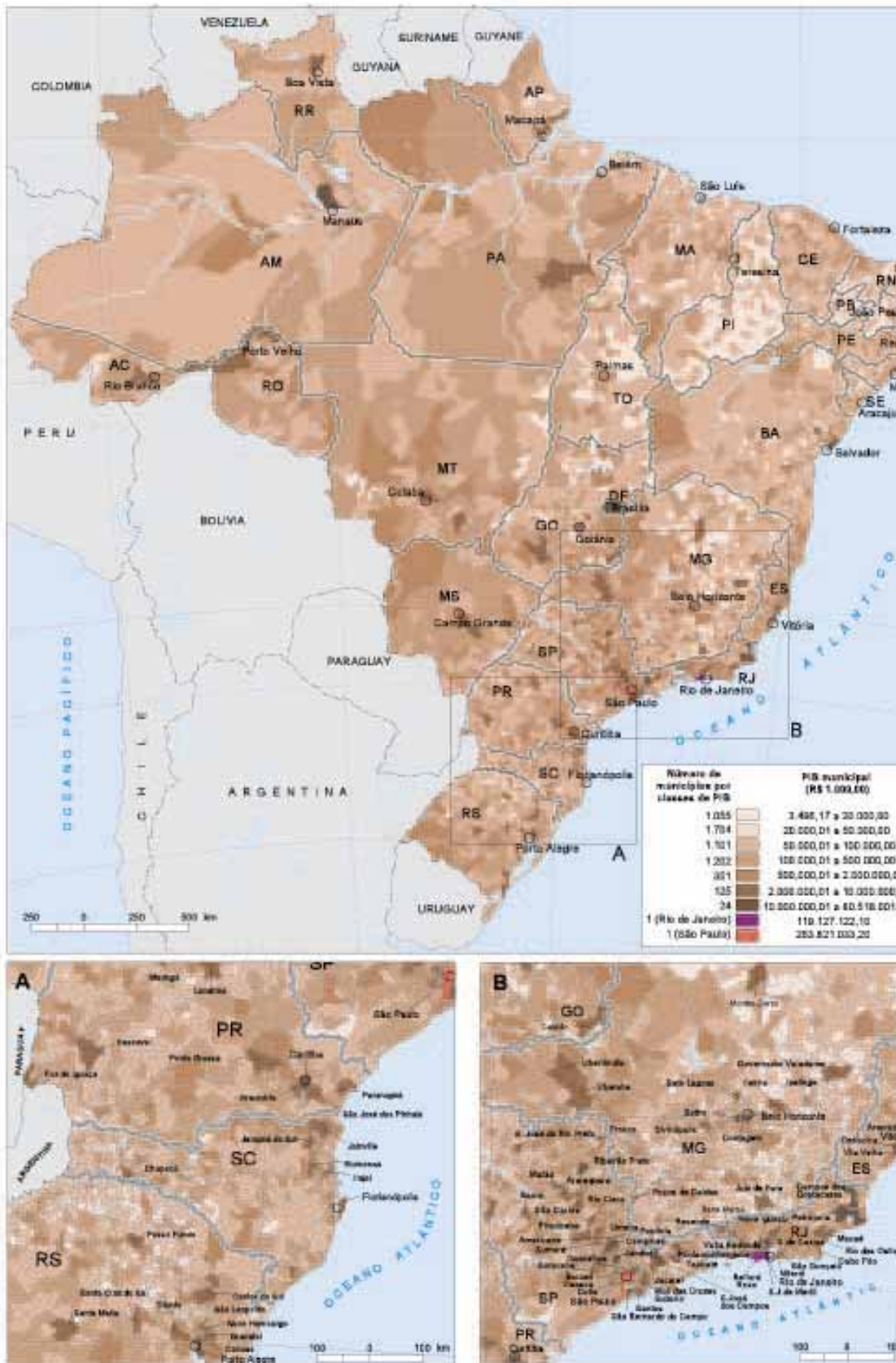
⁹ O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado e a reta que marca 45 graus. Para maiores detalhes, ver Glossário, ao final da publicação.



Apenas os Estados do Amazonas e de São Paulo apresentaram índice de Gini superior ao nacional, 0,89 e 0,88, respectivamente. Os menores indicadores foram observados nos Estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso do Sul, 0,62, 0,67 e 0,67, respectivamente. Praticamente não ocorreu alteração com relação aos índices de Gini obtidos para o ano anterior.

O Cartograma 1 apresenta a distribuição do PIB dos Municípios por classes construídas aproximadamente, segundo os quartis da distribuição. Ressalta-se que o tamanho da área geográfica não deve influenciar a interpretação dos resultados. Os municípios com as maiores áreas estão localizados na Região Norte, enquanto os municípios das Regiões Sudeste e Sul são menores, o que torna a área bastante fragmentada. O Gráfico 1, com o número de municípios por Unidades da Federação, auxilia a análise espacial.

Cartograma 1 - Produto Interno Bruto municipal e número de municípios, por classes construídas - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Distribuição do número de municípios, segundo faixas de participação relativa no PIB

A concentração da renda no País está apresentada na Tabela 2 que mostra a distribuição do número de municípios e da população segundo faixas de participação relativa¹⁰ no PIB do País, para a série 2002 a 2005.

Tabela 2 - Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no PIB do País - 2002-2005

Faixas de participação relativa no PIB total do País	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2002						
Até 25%	4	0,1	12,0	4	0,1	12,0
De 25% a 50%	44	0,8	17,8	48	0,9	29,7
De 50% a 75%	262	4,7	23,9	310	5,6	53,6
De 75% a 95%	1 938	34,9	31,2	2.248	40,4	84,8
De 95% a 99%	1 974	35,5	11,6	4.222	75,9	96,4
De 99% a 100%	1 338	24,1	3,6	5.560	100,0	100,0
2003						
Até 25%	5	0,1	12,9	5	0,1	12,9
De 25% a 50%	49	0,9	18,0	54	1,0	30,8
De 50% a 75%	281	5,1	24,0	335	6,0	54,8
De 75% a 95%	1 979	35,6	30,4	2 314	41,6	85,2
De 95% a 99%	1 940	34,9	11,2	4 254	76,5	96,4
De 99% a 100%	1 306	23,5	3,6	5 560	100,0	100,0
2004						
Até 25%	5	0,1	12,8	5	0,1	12,8
De 25% a 50%	49	0,9	18,0	54	1,0	30,8
De 50% a 75%	270	4,9	23,3	324	5,8	54,1
De 75% a 95%	1 924	34,6	30,7	2 248	40,4	84,9
De 95% a 99%	1 964	35,3	11,4	4 212	75,8	96,3
De 99% a 100%	1 348	24,2	3,7	5 560	100,0	100,0
2005						
Até 25%	5	0,1	12,8	5	0,1	12,8
De 25% a 50%	46	0,8	17,8	51	0,9	30,5
De 50% a 75%	256	4,6	23,1	307	5,5	53,6
De 75% a 95%	1 884	33,9	31,2	2 191	39,4	84,8
De 95% a 99%	2 002	36,0	11,6	4 193	75,4	96,5
De 99% a 100%	1 371	24,6	3,5	5 564	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada.

¹⁰ Sendo a participação relativa no PIB do País ordenada de forma decrescente.

Em 2005, com 51 municípios alcançou-se a metade do PIB e 30,5% da população. No mesmo ano, nota-se que os 1 371 municípios que pertenciam à última faixa responderam por 1% do PIB e concentraram 3,5% da população. Estes números mostram a concentração da geração interna da renda e também a difusão espacial na produção da riqueza.

Essa distribuição, quando comparada à do ano 2002, mostra praticamente a mesma realidade. Em 2002, apenas quatro municípios já agregavam 25% do PIB e 48 municípios eram responsáveis por metade da renda gerada no País.

Os cinco municípios, todos capitais, que representavam 25% do PIB em 2005 eram: São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Brasília (Distrito Federal), Curitiba (Paraná) e Belo Horizonte (Minas Gerais).

Tabela 3 - Posição dos 5 maiores municípios em relação ao PIB e participação relativa do PIB e da população - 2002-2005

Municípios e Unidades da Federação	Posição dos municípios em relação ao PIB				Participação relativa em 2005 (%)	
	2002	2003	2004	2005	PIB	População (1)
São Paulo/SP	1°	1°	1°	1°	12,26	5,93
Rio de Janeiro/RJ	2°	2°	2°	2°	5,54	3,31
Brasília/DF	3°	3°	3°	3°	3,75	1,27
Curitiba/PR	6°	4°	4°	4°	1,39	0,95
Belo Horizonte/MG	4°	5°	5°	5°	1,32	1,29

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

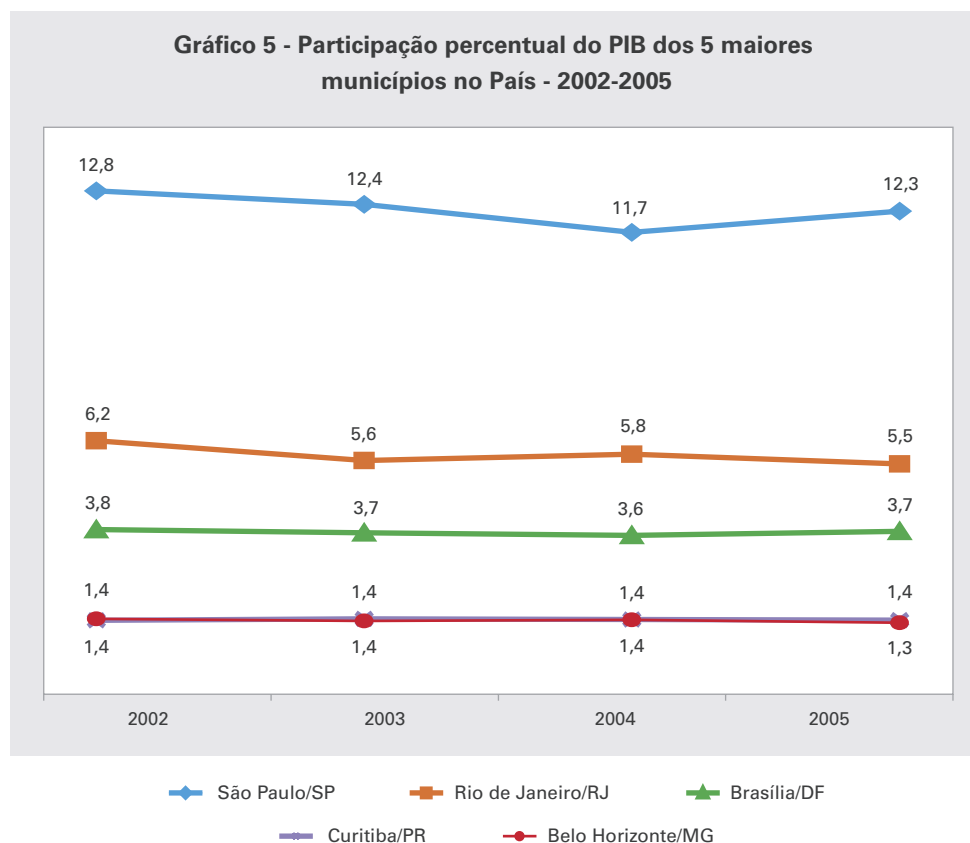
Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

(1) População estimada para 1° de julho, série revisada.

De modo geral, não ocorreu alteração entre os maiores municípios na série. Em 2002, os maiores municípios eram: São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Brasília (Distrito Federal) e Belo Horizonte (Minas Gerais). Essas posições permaneceram praticamente inalteradas, ocorrendo ganho de posição do Município de Curitiba (Paraná). O ganho de participação desse município deveu-se principalmente aos setores da indústria de transformação e comércio.

As posições ocupadas pelos cinco maiores municípios em 2005 são as mesmas ocupadas nos anos 2003 e 2004.

O Gráfico 5 destaca os cinco municípios responsáveis por 25% do PIB em 2005 e apresenta a evolução da participação percentual em relação ao País na série 2002 a 2005



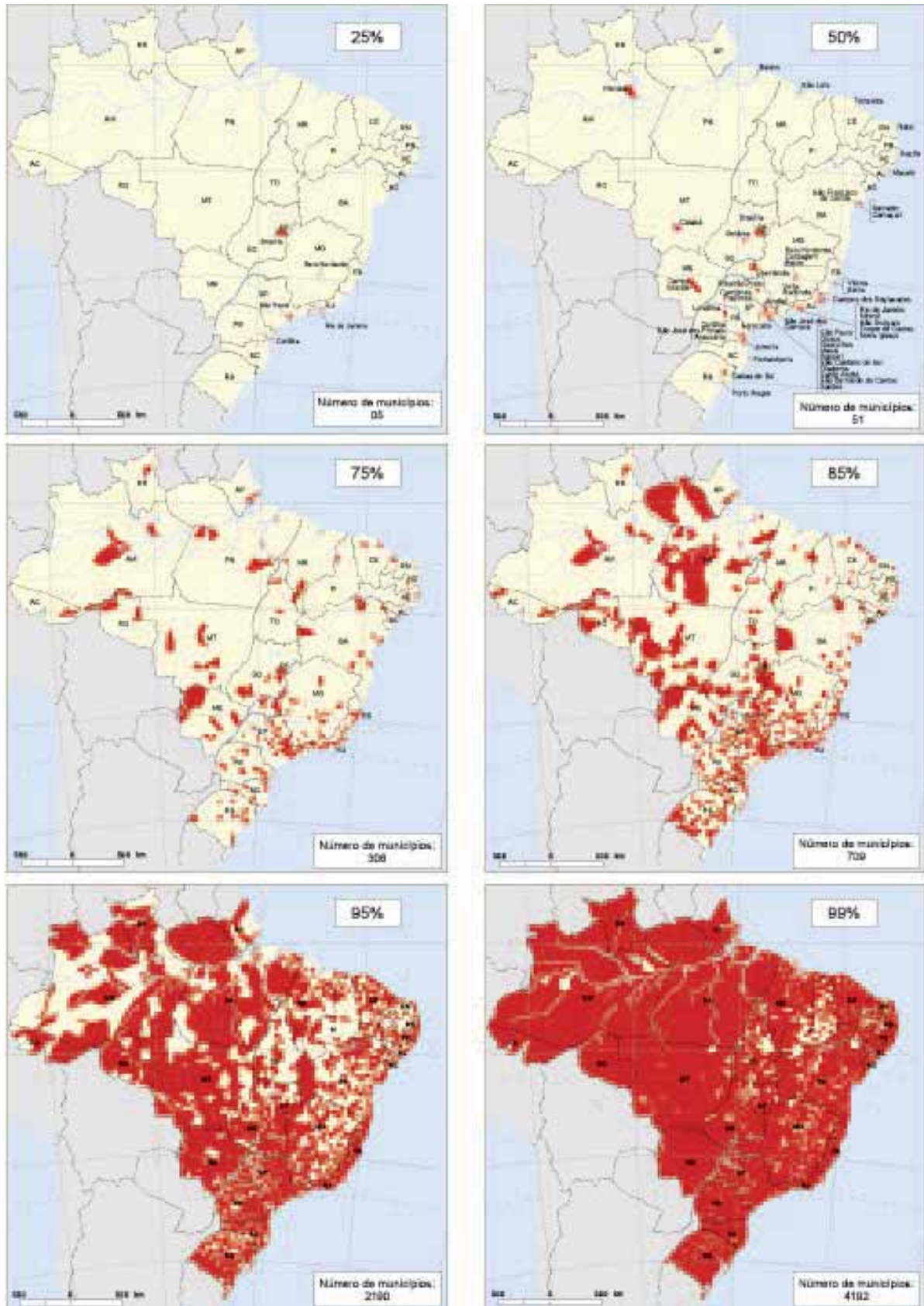
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005 dados sujeitos a revisão.

Os cinco Municípios de menor PIB em 2005 foram: Olho D'Água do Piauí (Piauí), São Luis do Piauí (Piauí), Quixabá (Paraíba), São Miguel da Baixa Grande (Piauí) e Santo Antônio dos Milagres (Piauí), em ordem decrescente. A agregação do PIB destes municípios representava aproximadamente 0,001% do total do País. Na Região Norte, os 30 municípios de menor PIB estavam localizados no Estado do Tocantins, exceção feita ao Município de São João da Ponta, localizado no Estado do Pará; na Região Nordeste, os menores 30 municípios em relação ao PIB localizavam-se nos Estados do Piauí e da Paraíba; na Região Sudeste, no Estado de Minas Gerais, exceção feita ao Município de Pracinha localizado no Estado de São Paulo. Todos os estados da Região Sul tiveram municípios entre os 30 de menor PIB, e, na Região Centro-Oeste, somente o Estado do Mato Grosso do Sul não apresentou nenhum município entre os 30 menores. Estes dados podem ser observados na Tabela de Resultados número 9.

O Cartograma 2 mostra a distribuição acumulada do PIB dos Municípios e permite identificar espacialmente a distribuição dos municípios apontados na Tabela 2.

Cartograma 2 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruto nacional - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Indicador de desigualdade

A Tabela 4 apresenta a relação entre o PIB dos 10% dos municípios que mais contribuíram e os 50% dos municípios com menor contribuição na produção¹¹.

Tabela 4 - Relação entre o PIB dos 10% dos municípios com os maiores PIBs com os 50% dos municípios com os menores PIBs, segundo Grandes Regiões - 2002-2005

Grandes Regiões	2002	2003	2004	2005
Brasil	23,6	22,4	23,6	24,6
Norte	12,2	11,6	12,6	12,7
Nordeste	12,3	12,0	12,5	12,8
Sudeste	36,7	36,0	37,3	38,1
Exclusive Município de São Paulo	26,9	26,4	28,0	28,4
Exclusive Município do Rio de Janeiro	32,1	31,7	32,7	33,8
Exclusive Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro	22,2	22,1	23,5	24,0
Sul	12,3	10,7	11,9	13,6
Centro-Oeste	21,5	20,1	19,8	20,6
Exclusive Brasília	10,0	9,7	9,9	9,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

O indicador para o Brasil revela que os 10% dos municípios com maior PIB, em 2005, geraram 24,6 vezes mais riqueza que os 50% dos municípios com menor PIB. A Região Sudeste apresentou os maiores indicadores ao longo da série que, em 2005, foi 38,1. Em destaque, observa-se que na Região Sudeste, excluindo os Municípios de São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), o cálculo do indicador da região continuou alto (24,0), o maior dentre todas as regiões, evidenciando concentração do PIB nestes municípios. Em outro extremo, as Regiões Norte, Nordeste e Sul apresentaram os menores coeficientes de dispersão, 12,7, 12,8 e 13,6, respectivamente, entre os 10% dos municípios com maior PIB e os 50% dos municípios com menor PIB. Na Região Centro-oeste, ficou evidente a concentração devido a Brasília (Distrito Federal).

Participação dos cinco maiores municípios na Unidade da Federação

A Tabela 5 apresenta os cinco maiores PIBs municipais por estado, em 2005, e mostra o quanto estes municípios representavam em relação ao total do PIB de suas respectivas Unidades da Federação. De maneira geral, pode-se observar que na maioria dos estados das Regiões Norte e Nordeste, os cinco maiores municípios concentravam mais do que 50% do PIB estadual (as exceções são os Estados do Tocantins e da Bahia, com 45,8% e 49,0%, respectivamente). A Região Sudeste não apresentou padrão específico, sendo que os cinco maiores Municípios do Espírito Santo e do Rio de Janeiro concentravam mais de 65% do PIB dos seus estados. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País, essa concentração era bem menor exceto o Estado do Mato Grosso do Sul que apresentou concentração de 54,2% .

¹¹ Os municípios foram ordenados decrescentemente em relação ao PIB. Em seguida, agregou-se o PIB dos 10% dos municípios que mais contribuíram para o total. Este é o numerador do índice. O denominador é composto pela agregação do PIB dos 50% dos municípios com menor contribuição na produção.

Tabela 5 - Participação relativa da população, PIB total e participação relativa e acumulada dos 5 principais municípios, segundo as Unidades da Federação e municípios - 2005

(continua)

Unidades da Federação e municípios	Participação relativa da população dos 5 principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	PIB		
		Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	Participação relativa acumulada (%)
Rondônia (52 municípios)	46,4			
Porto Velho		3 656 512	28,3	28,3
Ji-Paraná		1 012 122	7,8	36,2
Vilhena		797 280	6,2	42,4
Cacoal		753 184	5,8	48,2
Ariquemes		693 339	5,4	53,6
Acre (22 municípios)	73,4			
Rio Branco		2 371 307	52,9	52,9
Cruzeiro do Sul		391 943	8,7	61,7
Sena Madureira		234 381	5,2	66,9
Tarauacá		164 107	3,7	70,5
Feijó		144 977	3,2	73,8
Amazonas (62 municípios)	60,1			
Manaus		27 214 213	81,6	81,6
Coari		980 166	2,9	84,5
Itacoatiara		455 619	1,4	85,9
Parintins		312 226	0,9	86,8
Presidente Figueiredo		303 882	0,9	87,7
Roraima (15 municípios)	81,3			
Boa Vista		2 265 603	71,3	71,3
Rorainópolis		131 479	4,1	75,4
Alto Alegre		115 786	3,6	79,1
Caracarai		100 885	3,2	82,2
Mucajaí		91 292	2,9	85,1
Pará (143 municípios)	32,3			
Belém		11 277 415	28,8	28,8
Barcarena		2 796 122	7,1	35,9
Parauapebas		2 667 460	6,8	42,8
Ananindeua		2 174 697	5,6	48,3
Marabá		2 079 838	5,3	53,6
Amapá (16 municípios)	85,8			
Macapá		2 825 458	64,7	64,7
Santana		500 180	11,5	76,2
Serra do Navio		214 052	4,9	81,1
Laranjal do Jari		182 901	4,2	85,3
Oiapoque		143 244	3,3	88,5
Tocantins (139 municípios)	35,0			
Palmas		1 733 265	19,1	19,1
Araguaína		1 076 303	11,8	30,9
Gurupi		675 700	7,4	38,4
Paraíso do Tocantins		354 199	3,9	42,3
Peixe		323 396	3,6	45,8
Maranhão (217 municípios)	25,1			
São Luís		9 340 944	36,9	36,9
Imperatriz		1 745 264	6,9	43,8
Balsas		1 336 449	5,3	49,1
Açailândia		677 587	2,7	51,7
Caxias		526 183	2,1	53,8

Tabela 5 - Participação relativa da população, PIB total e participação relativa e acumulada dos 5 principais municípios, segundo as Unidades da Federação e municípios - 2005

(continuação)

Unidades da Federação e municípios	Participação relativa da população dos 5 principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	PIB		
		Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	Participação relativa acumulada (%)
Piauí (223 municípios)	37,3			
Teresina		5 245 724	47,2	47,2
Parnaíba		498 136	4,5	51,6
Picos		375 152	3,4	55,0
Floriano		253 687	2,3	57,3
Piripiri		154 637	1,4	58,7
Ceará (184 municípios)	40,5			
Fortaleza		19 734 557	48,2	48,2
Maracanaú		2 196 620	5,4	53,6
Sobral		1 442 960	3,5	57,1
Caucaia		1 036 992	2,5	59,7
Juazeiro do Norte		930 343	2,3	61,9
Rio Grande do Norte (167 municípios)	42,5			
Natal		7 038 816	39,4	39,4
Mossoró		1 707 797	9,6	49,0
São Gonçalo do Amarante		1 148 968	6,4	55,4
Parnamirim		914 803	5,1	60,5
Areia Branca		411 423	2,3	62,8
Paraíba (223 municípios)	36,5			
João Pessoa		5 024 604	29,8	29,8
Campina Grande		2 222 988	13,2	43,0
Cabedelo		1 481 757	8,8	51,8
Santa Rita		694 285	4,1	55,9
Bayeux		365 216	2,2	58,0
Pernambuco (185 municípios)	32,8			
Recife		16 664 468	33,4	33,4
Jaboatão dos Guararapes		4 067 013	8,1	41,5
Ipojuca		3 505 321	7,0	48,6
Cabo de Santo Agostinho		2 852 381	5,7	54,3
Olinda		1 937 881	3,9	58,2
Alagoas (102 municípios)	40,9			
Maceió		6 114 507	43,3	43,3
Arapiraca		888 197	6,3	49,5
Marechal Deodoro		562 430	4,0	53,5
Delmiro Gouveia		513 995	3,6	57,2
Coruripe		434 939	3,1	60,2
Sergipe (75 municípios)	39,7			
Aracaju		5 021 660	37,4	37,4
Canindé de São Francisco		1 109 776	8,3	45,7
Nossa Senhora do Socorro		1 024 504	7,6	53,3
Laranjeiras		630 412	4,7	58,0
Estância		554 549	4,1	62,1
Bahia (417 municípios)	25,6			
Salvador		22 145 303	24,4	24,4
Camaçari		10 340 460	11,4	35,7
São Francisco do Conde		6 362 615	7,0	42,7
Feira de Santana		3 500 550	3,8	46,6
Simões Filho		2 237 630	2,5	49,0
Minas Gerais (853 municípios)	23,1			
Belo Horizonte		28 386 694	14,7	14,7
Betim		14 447 525	7,5	22,2
Contagem		9 542 361	5,0	27,2
Uberlândia		9 190 673	4,8	32,0
Juiz de Fora		5 256 357	2,7	34,7

Tabela 5 - Participação relativa da população, PIB total e participação relativa e acumulada dos 5 principais municípios, segundo Unidades da Federação e municípios - 2005

(conclusão)

Unidades da Federação e municípios	Participação relativa da população dos 5 principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	PIB		
		Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	Participação relativa acumulada (%)
Espírito Santo (78 municípios)	44,6			
Vitória		14 993 650	31,8	31,8
Serra		7 230 790	15,3	47,1
Vila Velha		3 761 758	8,0	55,1
Cariacica		2 411 206	5,1	60,2
Aracruz		2 377 700	5,0	65,2
Rio de Janeiro (92 municípios)	52,6			
Rio de Janeiro		118 979 752	48,2	48,2
Duque de Caxias		18 309 545	7,4	55,6
Campos dos Goytacazes		16 116 180	6,5	62,1
Volta Redonda		7 051 218	2,9	65,0
Niterói		6 884 677	2,8	67,8
São Paulo (645 municípios)	35,3			
São Paulo		263 177 148	36,2	36,2
Barueri		22 430 475	3,1	39,3
Guarulhos		21 615 314	3,0	42,3
Campinas		20 620 766	2,8	45,1
São Bernardo do Campo		19 448 018	2,7	47,8
Paraná (399 municípios)	28,4			
Curitiba		29 821 203	23,6	23,6
Araucária		7 023 743	5,5	29,1
São José dos Pinhais		6 796 402	5,4	34,5
Londrina		6 217 351	4,9	39,4
Foz do Iguaçu		4 853 331	3,8	43,2
Santa Catarina (293 municípios)	25,1			
Joinville		9 149 044	10,7	10,7
Florianópolis		6 259 393	7,3	18,1
Blumenau		5 516 256	6,5	24,5
Itajaí		5 268 999	6,2	30,7
Jaraguá do Sul		3 485 670	4,1	34,8
Rio Grande do Sul (496 municípios)	22,5			
Porto Alegre		27 977 351	19,4	19,4
Canoas		9 376 153	6,5	25,9
Caxias do Sul		8 422 381	5,8	31,7
Triunfo		4 799 641	3,3	35,0
Novo Hamburgo		3 726 442	2,6	37,6
Mato Grosso do Sul (78 municípios)	52,4			
Campo Grande		6 903 356	31,9	31,9
Dourados		1 807 047	8,3	40,2
Corumbá		1 492 877	6,9	47,1
Três Lagoas		1 033 744	4,8	51,9
Ponta Porã		500 246	2,3	54,2
Mato Grosso (141 municípios)	37,6			
Cuiabá		6 672 155	17,8	17,8
Rondonópolis		2 310 470	6,2	24,0
Várzea Grande		1 928 176	5,1	29,1
Primavera do Leste		1 303 335	3,5	32,6
Sorriso		1 253 357	3,3	35,9
Goiás (246 municípios)	38,3			
Goiânia		13 354 065	26,4	26,4
Anápolis		2 753 071	5,4	31,9
Catalão		2 538 840	5,0	36,9
Rio Verde		2 350 229	4,7	41,5
Aparecida de Goiânia		2 198 429	4,4	45,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Estado do Amapá apresentou a maior concentração espacial de renda do País, onde os cinco maiores municípios participavam no PIB do estado com 88,5%, em 2005, seguido pelo Estado do Amazonas com 87,7%. Em outro extremo, encontravam-se os Estados de Minas Gerais e de Santa Catarina com a menor concentração espacial de renda, 34,7% e 34,8%, respectivamente.

Movimentos mais expressivos entre os municípios

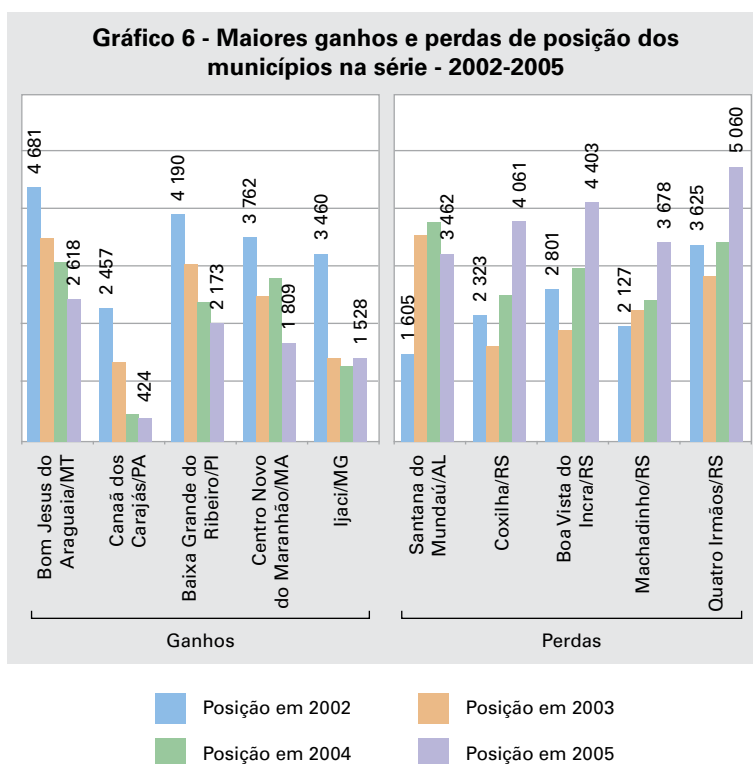
Nos parágrafos anteriores, procurou-se evidenciar a distribuição da renda entre os municípios do País. Para tanto, calculou-se o índice de Gini, elaborou-se uma distribuição de freqüência, definiu-se um indicador de desigualdade e determinou-se a participação dos cinco maiores municípios em cada Unidade da Federação. A seguir, apresentam-se os movimentos mais expressivos da economia, considerando o período 2002 a 2005 e o biênio 2004/2005. São apresentados os movimentos mais significativos de posição no País e os ganhos e perdas de participação relativa entre os municípios com maior participação no PIB.

Em primeiro lugar, detectou-se que os maiores ganhos de posição dos municípios no País, analisando o período 2002 a 2005, foram: Bom Jesus do Araguaia (Mato Grosso), Canaã dos Carajás (Pará), Baixa Grande do Ribeiro (Piauí), Centro Novo do Maranhão (Maranhão) e Ijaci (Minas Gerais).

Bom Jesus do Araguaia ganhou posição no País, de 4 681^a para 2 618^a, devido ao aumento da produção de soja e no crescimento da pecuária. O ganho de posição do Município de Canaã dos Carajás, de 2 457^a para 424^a, deveu-se a empreendimentos econômicos no segmento de mineração de cobre. No Município de Baixa Grande do Ribeiro, que passou da 4 190^a para 2 173^a posição, ocorreu aumento de produção de soja e arroz. Em Centro Novo do Maranhão, que avançou da 3 762^a para a 1 809^a posição, ocorreu ganho de posição em decorrência do aumento de produção do carvão vegetal e do efetivo de bovinos. Ijaci ganhou posição no País, passando de 3 460^a para 1 528^a, devido à instalação de uma fábrica de cimento.

Os movimentos mais significativos de posição no País podem ser observados no Gráfico 6.

Os Municípios Santana do Mundaú (Alagoas), Coxilha (Rio Grande do Sul), Boa Vista do Incra (Rio Grande do Sul), Machadinho (Rio Grande do Sul) e Quatro Irmãos (Rio Grande do Sul) apresentaram as maiores perdas de posição. Em Santana do Mundaú, ocorreu queda no valor de produção da laranja, em 2003. Em Coxilha, Boa Vista do Incra, Machadinho e Quatro Irmãos a perda de posição no País ocorreu devido à crise da agropecuária em 2005, principalmente pela quebra da safra de soja e de cereais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
 Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

Repetindo-se a mesma análise, considerando o ganho de posição entre 2005 e 2004, tem-se: Confins (Minas Gerais), Centro Novo do Maranhão (Maranhão), Catas Altas (Minas Gerais), Campo do Tenente (Paraná) e Sátiro Dias (Bahia).

O Município de Confins apresentou a maior mudança de posto em 2005 relativamente a 2004, passando da posição 2 450^a para 888^a, devido ao impacto no transporte aéreo, com a transferência da maior parte dos vôos do Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, para o Aeroporto Internacional desse município. O ganho de posição do Município de Centro Novo do Maranhão, que passou de 3 014^a para a posição 1 809^a, foi explicitado anteriormente. Em Catas Altas ocorreu intensificação da extração de minério de ferro, com isso o município passou da 4 732^a posição para 3 625^a. Em Campo do Tenente ocorreu forte crescimento da extração vegetal, principalmente de madeira em toras, o que levou o município a avançar posições no País passando de 2 745^a para 1 691^a. Em Sátiro Dias, ocorreu incremento de produção de petróleo e a construção de um gasoduto levando o município a avançar posições no País passando de 3 347^a para 2 459^a.

Os Municípios de Boa Vista do Incra (de 3 190^a para 4 403^a), Coxilha (de 2 693^a para 4 061^a), Quatro Irmãos (de 3 676^a para 5 060^a), e Boa Vista do Cadeado (de 2 536^a para 4 241^a), todos pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul, tiveram as maiores perdas de posição de 2005 em relação a 2004. Isso ocorreu em função da crise da agropecuária no estado em decorrência da seca, principalmente, pela quebra da safra da soja e de cereais.

A análise dos ganhos e perdas na participação percentual do PIB de 2005 em relação a 2002 foi realizada considerando os municípios com pelo menos 0,5% do PIB nacional, o que correspondeu a 23 municípios que agregavam 39,8% do PIB do País. Nesta análise, verificou-se que os municípios que tiveram maior ganho percentual foram: Barueri (São Paulo), Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), Vitória (Espírito Santo), Duque de Caxias (Rio de Janeiro), Osasco (São Paulo), Betim (Minas Gerais) e Manaus (Amazonas).

Barueri, município localizado na Região Metropolitana de São Paulo, além de intensa atividade industrial, destacou-se principalmente pela atividade de serviços nos segmentos: serviços de informação, comércio e serviços de intermediação financeira. Campos dos Goytacazes, onde se concentravam as atividades de exploração de petróleo e gás natural, foi beneficiado pela produção de petróleo e gás natural com crescimento de aproximadamente 15% no período.

Vitória vinha se destacando nos segmentos de tecnologia da informação e comunicação, desenvolvimento de *softwares* e prestação de serviços na área de informática e, também pelas atividades portuárias. Duque de Caxias, principal pólo de produção de derivados de petróleo do seu estado, ganhou participação no total do PIB do País em função, principalmente, das atividades da refinaria. Osasco, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, tinha grande peso no segmento de intermediação financeira e, a indústria, apesar de menos relevante, melhorou consideravelmente em 2005, devido principalmente ao setor de montadoras e de autopeças.

Betim, pólo de desenvolvimento industrial, abrigava indústrias nos segmentos automobilístico, químico e metal-mecânico, além de uma refinaria. Em Manaus, estava concentrado o Pólo Industrial do Estado do Amazonas.

Os municípios que apresentaram as maiores perdas na participação percentual foram: Rio de Janeiro (Rio de Janeiro); São Paulo (São Paulo); São José dos Campos (São Paulo); Porto Alegre (Rio Grande do Sul); Belo Horizonte (Minas Gerais); Salvador (Bahia); Recife (Pernambuco); Goiânia (Goiás); e Fortaleza (Ceará). Todos estes municípios eram capitais, exceto São José dos Campos. Esse município foi fortemente influenciado pela performance da indústria aeroespacial. Esses resultados podem ser observados na Tabela 6.

Analisando os crescimentos na participação percentual ocorridos no biênio 2005-2004, e fazendo o mesmo corte pela participação percentual no PIB do País em 0,5%, encontraram-se 13 municípios com ganhos na participação relativa. Os maiores ganhos ocorreram em: São Paulo (São Paulo) (0,6%); Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro) (0,2%); Barueri (São Paulo) (0,2%); Vitória (Espírito Santo) (0,1%); Brasília (Distrito Federal) (0,1%); Campinas (São Paulo) (0,1%); e Guarulhos (São Paulo) (0,1%). O ganho de participação relativa do Município de São Paulo ocorreu devido ao fato de ser a capital do estado e concentrar a atividade de serviços. Como o estado teve aumento da sua participação no setor de serviços em relação ao ano anterior, de 64% para 66,5%, isso se refletiu diretamente na capital. A maior perda foi verificada no Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), correspondendo a 0,3%. O Estado do Rio de Janeiro, ao contrário de São Paulo, perdeu participação no setor de serviços em relação ao ano anterior, passando de 70,5% para 69,3%. O Município do Rio de Janeiro, capital do estado, absorvia a maior parte do valor adicionado dessa atividade.

Tabela 6 - Participação relativa e diferença absoluta na participação relativa, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do PIB - 2002-2005

Municípios e Unidades da Federação	Participação no PIB (%)				Diferença absoluta 2002/2005 (%)
	2002	2003	2004	2005	
Barueri/SP	0,8	0,8	0,9	1,0	0,2
Campos dos Goytacazes/RJ	0,5	0,6	0,6	0,8	0,2
Vitória/ES	0,5	0,5	0,6	0,7	0,2
Duque de Caxias/RJ	0,8	0,8	0,9	0,9	0,1
Osasco/SP	0,8	0,8	0,8	0,9	0,1
Betim/MG	0,6	0,6	0,7	0,7	0,1
Manaus/AM	1,2	1,2	1,3	1,3	0,1
São Bernardo do Campo/SP	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0
Guarulhos/SP	1,0	0,9	0,9	1,0	0,0
Curitiba/PR	1,4	1,4	1,4	1,4	0,0
Belém/PA	0,5	0,5	0,5	0,5	(-) 0,0
Santo André/SP	0,6	0,6	0,6	0,5	(-) 0,0
Campinas/SP	1,0	0,9	0,9	1,0	(-) 0,0
Brasília/DF	3,8	3,7	3,6	3,7	(-) 0,0
Fortaleza/CE	1,0	0,9	0,9	0,9	(-) 0,1
Goiânia/GO	0,7	0,6	0,6	0,6	(-) 0,1
Recife/PE	0,9	0,8	0,8	0,8	(-) 0,1
Salvador/BA	1,1	1,0	1,0	1,0	(-) 0,1
Belo Horizonte/MG	1,4	1,4	1,4	1,3	(-) 0,1
Porto Alegre/RS	1,4	1,3	1,3	1,3	(-) 0,1
São José dos Campos/SP	1,0	0,8	0,9	0,8	(-) 0,2
São Paulo/SP	12,8	12,4	11,7	12,3	(-) 0,5
Rio de Janeiro/RJ	6,2	5,6	5,8	5,5	(-) 0,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

Municípios das capitais

Com relação à participação das capitais na economia brasileira, o Município de São Paulo (São Paulo) ocupou a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, enquanto Palmas (Tocantins) ocupou o último lugar, em 2005. A Tabela 7 mostra o PIB das capitais, a posição da capital dentro do estado e a posição da capital no Brasil, e pode-se observar que Florianópolis (Santa Catarina) era a única capital que não ocupava a primeira posição dentro do seu estado. Em Santa Catarina, o maior município em toda série foi Joinville, o mais populoso do estado e que faz parte do pólo metal-mecânico catarinense.

Tabela 7 - PIB dos Municípios das Capitais por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao País - 2005

Municípios das Capitais e Unidades da Federação	PIB (1 000 R\$)	Posição em relação		
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao País
São Paulo/SP	263 177 148	1º	1º	1º
Rio de Janeiro/RJ	118 979 752	2º	1º	2º
Brasília/DF	80 516 682	3º	1º	3º
Curitiba/PR	29 821 203	4º	1º	4º
Belo Horizonte/MG	28 386 694	5º	1º	5º
Porto Alegre/RS	27 977 351	6º	1º	6º
Manaus/AM	27 214 213	7º	1º	7º
Salvador/BA	22 145 303	8º	1º	9º
Fortaleza/CE	19 734 557	9º	1º	12º
Recife/PE	16 664 468	10º	1º	17º
Vitória/ES	14 993 650	11º	1º	19º
Goiânia/GO	13 354 065	12º	1º	21º
Belém/PA	11 277 415	13º	1º	23º
São Luís/MA	9 340 944	14º	1º	29º
Natal/RN	7 038 816	15º	1º	39º
Campo Grande/MS	6 903 356	16º	1º	41º
Cuiabá/MT	6 672 155	17º	1º	44º
Florianópolis/SC	6 259 393	18º	2º	48º
Maceió/AL	6 114 507	19º	1º	50º
Teresina/PI	5 245 724	20º	1º	58º
João Pessoa/PB	5 024 604	21º	1º	60º
Aracaju/SE	5 021 660	22º	1º	61º
Porto Velho/RO	3 656 512	23º	1º	84º
Macapá/AP	2 825 458	24º	1º	104º
Rio Branco/AC	2 371 307	25º	1º	131º
Boa Vista/RR	2 265 603	26º	1º	137º
Palmas/TO	1 733 265	27º	1º	178º

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Comparando as capitais entre os anos 2004 e 2005, observa-se que as cinco primeiras posições foram mantidas. As capitais da Bahia, do Ceará, de Pernambuco, do Maranhão e do Tocantins permanecem nas mesmas posições durante todo o período. Os movimentos das demais capitais são sempre suaves e são explicados pelo desempenho estadual devido à concentração da atividade econômica. O conjunto das capitais brasileiras representava 34,7% da renda nacional. Sendo que as capitais da Região Norte foram responsáveis por 2,4% desse montante, as da Região Nordeste, 4,5%, as da Região Sudeste, 19,8%, as da Região Sul, 3,0% e as capitais da Região Centro-Oeste por 5,0%.

Calculou-se a participação do PIB de cada capital em relação ao PIB do País e em relação ao PIB da respectiva Unidade da Federação. Esses resultados estão apresentados nas Quadros 2 e 3, respectivamente. Manteve-se as mesmas cores para todas as Unidades da Federação que pertencem a uma mesma região geográfica. De modo geral, observa-se a concentração das capitais dos estados das Regiões Sudeste e Sul na parte superior do Quadro 2 e as das Regiões Norte e Nordeste na parte inferior, durante todo o período considerado.

O Quadro 3 mostra a dependência dos estados das Regiões Norte e Nordeste e das suas respectivas capitais. O Estado de Santa Catarina era o estado mais autônomo enquanto o Estado do Amazonas era o mais dependente. Salienta-se que a economia do Estado do Rio de Janeiro, apesar do desenvolvimento econômico do Norte Fluminense, ainda era bastante dependente. A capital do Estado de Tocantins destacava-se por ter comportamento distinto das demais capitais da Região Norte.

Quadro 2 - Participação relativa do PIB em relação ao PIB do País, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2002-2005

2002		2003		2004		2005	
São Paulo	12,8	São Paulo	12,4	São Paulo	11,7	São Paulo	12,3
Rio de Janeiro	6,2	Rio de Janeiro	5,6	Rio de Janeiro	5,8	Rio de Janeiro	5,5
Brasília	3,8	Brasília	3,7	Brasília	3,6	Brasília	3,7
Belo Horizonte	1,4	Curitiba	1,4	Curitiba	1,4	Curitiba	1,4
Porto Alegre	1,4	Belo Horizonte	1,4	Belo Horizonte	1,4	Belo Horizonte	1,3
Curitiba	1,4	Porto Alegre	1,3	Manaus	1,3	Porto Alegre	1,3
Manaus	1,2	Manaus	1,2	Porto Alegre	1,3	Manaus	1,3
Salvador	1,1	Salvador	1,0	Salvador	1,0	Salvador	1,0
Fortaleza	1,0	Fortaleza	0,9	Fortaleza	0,9	Fortaleza	0,9
Recife	0,9	Recife	0,8	Recife	0,8	Recife	0,8
Goiânia	0,7	Goiânia	0,6	Goiânia	0,6	Vitória	0,7
Belém	0,5	Belém	0,5	Vitória	0,6	Goiânia	0,6
Vitória	0,5	Vitória	0,5	Belém	0,5	Belém	0,5
São Luís	0,4	São Luís	0,4	São Luís	0,4	São Luís	0,4
Campo Grande	0,3	Campo Grande	0,3	Cuiabá	0,4	Natal	0,3
Natal	0,3	Natal	0,3	Campo Grande	0,3	Campo Grande	0,3
Florianópolis	0,3	Cuiabá	0,3	Natal	0,3	Cuiabá	0,3
Cuiabá	0,3	Florianópolis	0,3	Maceió	0,3	Florianópolis	0,3
Maceió	0,3	Maceió	0,3	Florianópolis	0,3	Maceió	0,3
Aracaju	0,3	Teresina	0,3	Teresina	0,2	Teresina	0,2
João Pessoa	0,3	João Pessoa	0,2	Aracaju	0,2	João Pessoa	0,2
Teresina	0,3	Aracaju	0,2	João Pessoa	0,2	Aracaju	0,2
Macapá	0,2	Porto Velho	0,2	Porto Velho	0,2	Porto Velho	0,2
Porto Velho	0,1	Macapá	0,1	Macapá	0,1	Macapá	0,1
Boa Vista	0,1	Boa Vista	0,1	Rio Branco	0,1	Rio Branco	0,1
Rio Branco	0,1	Rio Branco	0,1	Boa Vista	0,1	Boa Vista	0,1
Palmas	0,1	Palmas	0,1	Palmas	0,1	Palmas	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

Quadro 3 - Participação relativa do PIB em relação ao PIB da Unidade da Federação segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2002-2005

2002		2003		2004		2005	
Brasília	100,0	Brasília	100,0	Brasília	100,0	Brasília	100,0
Manaus	81,7	Manaus	82,6	Manaus	84,0	Manaus	81,6
Boa Vista	68,9	Boa Vista	69,6	Boa Vista	69,1	Boa Vista	71,3
Macapá	67,6	Macapá	66,5	Macapá	65,8	Macapá	64,7
Rio Branco	54,5	Rio Branco	52,7	Rio Branco	54,0	Rio Branco	52,9
Rio de Janeiro	53,1	Rio de Janeiro	50,9	Rio de Janeiro	50,5	Fortaleza	48,2
Teresina	50,3	Teresina	49,0	Fortaleza	47,6	Rio de Janeiro	48,2
Fortaleza	49,9	Fortaleza	47,7	Teresina	45,8	Teresina	47,2
Aracaju	43,7	Maceió	42,1	Maceió	44,0	Maceió	43,3
Maceió	42,3	Natal	38,6	Natal	38,0	Natal	39,4
Natal	37,7	São Paulo	36,5	São Luís	37,3	Aracaju	37,4
São Paulo	36,9	Aracaju	35,3	Aracaju	36,7	São Luís	36,9
São Luís	36,3	São Luís	35,1	São Paulo	35,3	São Paulo	36,2
Recife	35,8	Recife	34,1	Recife	33,6	Recife	33,4
Campo Grande	31,7	Belém	29,9	Campo Grande	30,1	Campo Grande	31,9
João Pessoa	31,4	João Pessoa	29,7	Belém	29,2	Vitória	31,8
Belém	30,4	Campo Grande	28,6	João Pessoa	29,1	João Pessoa	29,8
Vitória	28,4	Porto Velho	27,5	Vitória	29,0	Belém	28,8
Porto Velho	27,5	Vitória	26,8	Porto Velho	27,4	Porto Velho	28,3
Salvador	27,1	Goiânia	25,1	Goiânia	25,6	Goiânia	26,4
Goiânia	27,0	Salvador	24,8	Salvador	25,1	Salvador	24,4
Curitiba	23,2	Curitiba	22,1	Curitiba	22,3	Curitiba	23,6
Palmas	21,8	Cuiabá	18,6	Cuiabá	19,0	Porto Alegre	19,4
Cuiabá	20,7	Porto Alegre	18,1	Palmas	18,5	Palmas	19,1
Porto Alegre	19,9	Palmas	17,8	Porto Alegre	17,8	Cuiabá	17,8
Belo Horizonte	16,5	Belo Horizonte	15,7	Belo Horizonte	15,3	Belo Horizonte	14,7
Florianópolis	7,9	Florianópolis	7,4	Florianópolis	7,0	Florianópolis	7,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

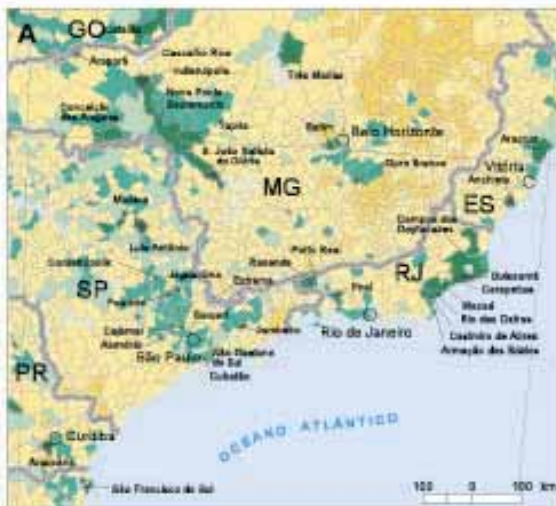
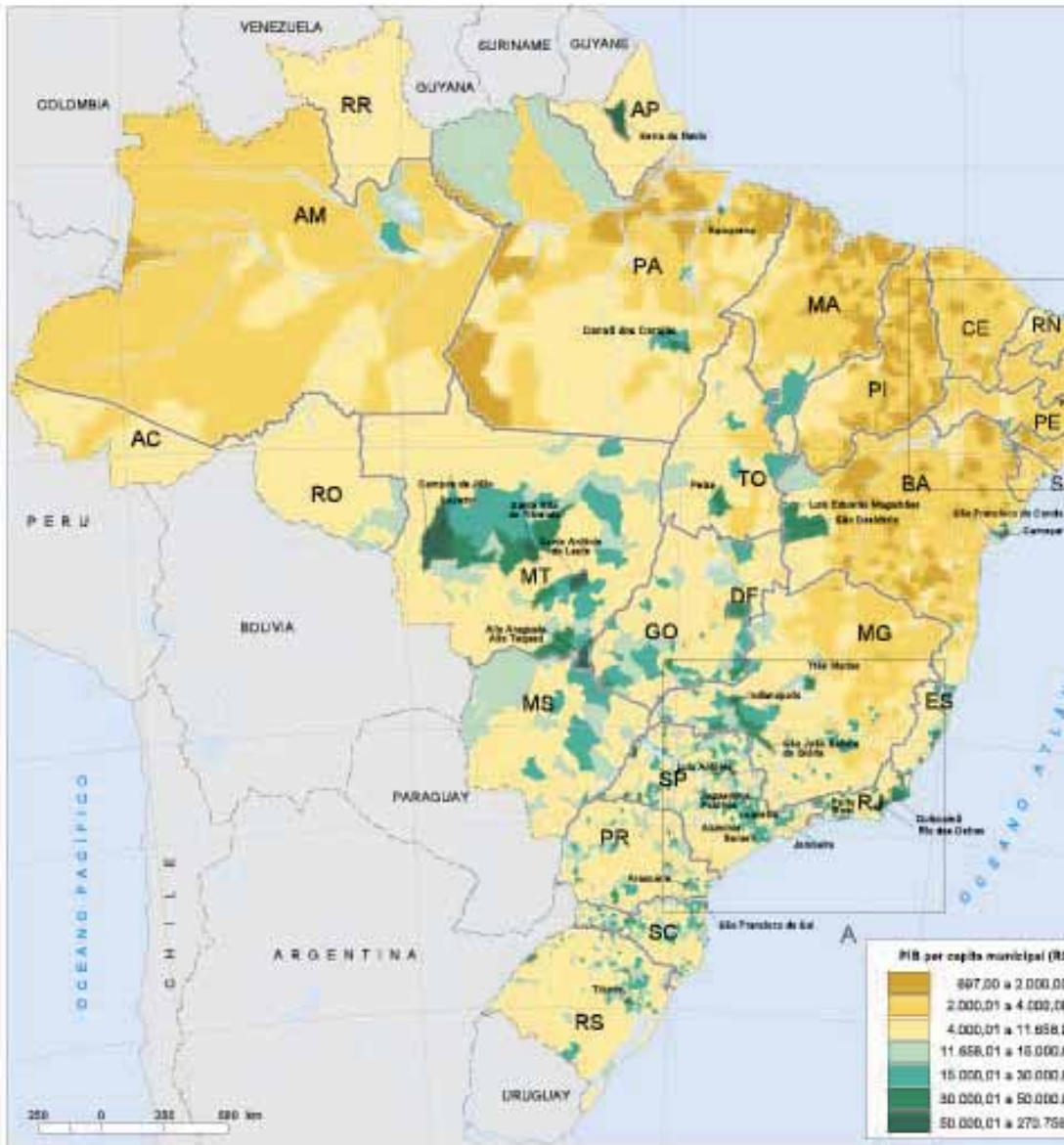
Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

Produto Interno Bruto *per capita*

O Produto Interno Bruto *per capita* de cada município foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município por sua população residente. Para a população, foi utilizada a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU, em outubro de 2005, feita com a data de referência de 1º de julho de 2005.

É relevante salientar que nem toda a renda gerada dentro da área do município foi apropriada pela população residente. A geração da renda e o consumo não são necessariamente realizados em um mesmo município. O Cartograma 3 foi construído de maneira a permitir a comparação entre os PIBs *per capita* dos municípios e o PIB *per capita* brasileiro que, em 2005, foi de R\$ 11 658. Deste modo, os tons de amarelo foram atribuídos aos municípios com PIB *per capita* inferior ao nacional, e os tons de verde foram designados para representar os municípios com PIB *per capita* superior ao nacional. A referência foi o PIB *per capita* brasileiro, quanto mais distante o município se encontrava deste valor mais forte era a tonalidade.

Cartograma 3 - Produto Interno Bruto *per capita* municipal - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Os municípios que apresentaram os dez maiores PIBs *per capita* do País em 2005 foram: Cascalho Rico (Minas Gerais); Araporã (Minas Gerais); São Francisco do Conde (Bahia); Triunfo (Rio Grande do Sul); Porto Real (Rio de Janeiro); Fronteira (Minas Gerais); Paulínia (São Paulo); Ouroeste (São Paulo); Alto Taquari (Mato Grosso); e Santo Antônio do Leste (Mato Grosso). A Tabela 8 apresenta a evolução do PIB *per capita* ao longo da série dos dez maiores municípios, ordenado pelo ano de 2005.

Tabela 8 - Posição dos 10 maiores municípios em relação ao PIB *per capita*, população total e participação relativa - 2002-2005

Municípios e Unidades da Federação	Posição dos 10 maiores municípios em relação ao PIB <i>per capita</i>				População em 2005 (1)	
	2002	2003	2004	2005	Total	Participação relativa (%)
Cascalho Rico/MG	5º	2º	1º	1º	2 618	0,001
Araporã/MG	4º	4º	2º	2º	5 897	0,003
São Francisco do Conde/BA	1º	1º	4º	3º	30 069	0,016
Triunfo/RS	2º	3º	3º	4º	24 824	0,014
Porto Real/RJ	6º	6º	5º	5º	14 820	0,008
Fronteira/MG	15º	12º	11º	6º	9 727	0,005
Paulínia/SP	3º	5º	10º	7º	60 486	0,033
Ouroeste/SP	7º	7º	12º	8º	7 134	0,004
Alto Taquari/MT	28º	11º	8º	9º	5 392	0,003
Santo Antônio do Leste/MT	14º	10º	9º	10º	2 165	0,001

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

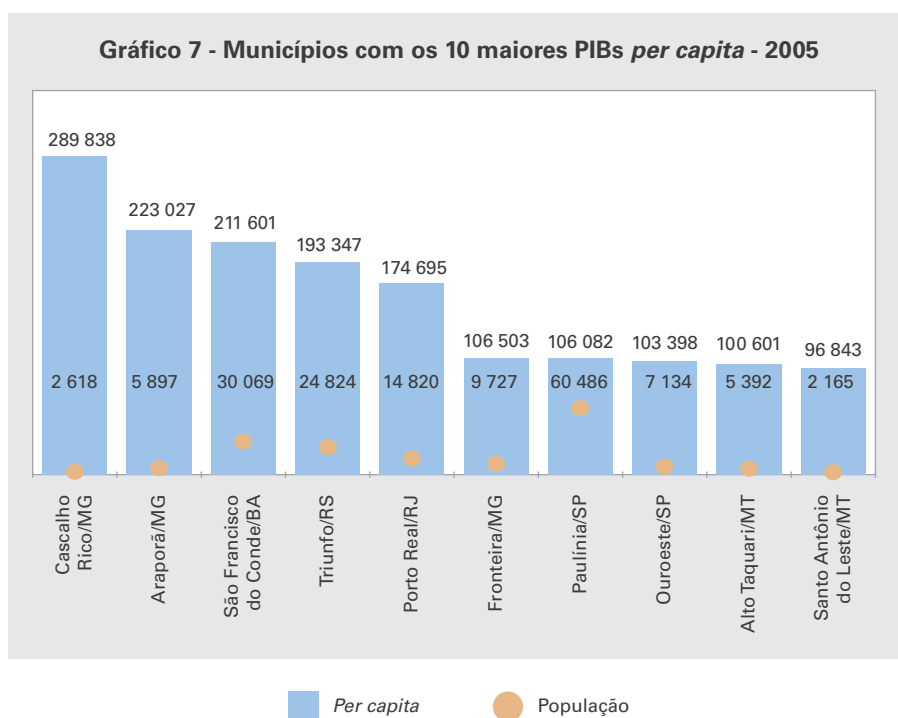
Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada.

No Município de Cascalho Rico, situado na região do Triângulo Mineiro, encontrava-se a terceira maior hidroelétrica do seu estado com capacidade instalada de 1 192 *megawatts*. Esse município possuía também uma unidade industrial que atuava no setor de resfriamento, preparação e fabricação de produtos derivados do leite e, além disto, era um município com baixa concentração populacional, possuindo somente 2 618 habitantes. Araporã, município de baixa densidade demográfica, também localizado na região do Triângulo Mineiro, possuía a maior hidroelétrica do seu estado com capacidade instalada de 2 082 *megawatts* e, em relação ao ano anterior, ocorreu aumento na geração de energia. São Francisco do Conde abrigava a segunda maior refinaria em capacidade instalada de refino do País (323 mil barris/dia, em 2005). O Município de Triunfo, sede de um pólo petroquímico importante e pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) era um município com baixa densidade populacional. No Município de Porto Real, também de pequeno porte populacional, verificou-se um grande crescimento da indústria automobilística a partir de 2001.

Em Fronteira, situado na região do Triângulo Mineiro, localizava-se a segunda maior hidroelétrica do seu estado com capacidade instalada de 1 440 *megawatts*. No Município de Paulínia, estava localizada a refinaria com a maior capacidade instalada de refino do País (365 mil barris/dia, em 2005). Ouroeste, localizado a noroeste do

estado, possuía unidade geradora de energia elétrica, com capacidade instalada de 1396 *megawatts*. O Município de Alto Taquari, grande produtor de soja e algodão, destacava-se pelo comércio de produtos agropecuários. Sua economia foi impulsionada pela construção de uma ferrovia no estado, como ainda pela instalação de grandes empresas comercializadoras de produtos agropecuários e, também, empresas que atuavam no ramo de petróleo. Santo Antônio do Leste apresentava baixa concentração populacional e tinha como principal atividade econômica a produção de milho e soja. O Gráfico 7 ilustra esses resultados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Município de Mirante (Bahia) possuía, em 2005, o menor PIB *per capita* entre os 5 564 municípios brasileiros, R\$ 1 204,07. Esse município tinha aproximadamente 62% da sua economia dependente da administração pública. Os 56 municípios com PIB *per capita* inferior a R\$ 1 609,52, isto é, 1% dos menores municípios em relação ao PIB *per capita*, estavam localizados no Estado do Pará (9) e na Região Nordeste do País, no Maranhão (16), no Piauí (14), no Ceará (4), em Alagoas (1) e na Bahia (12).

Com relação aos municípios das capitais, destacaram-se Vitória (Espírito Santo) com o maior PIB *per capita*, seguido de Brasília (Distrito Federal), São Paulo (São Paulo), Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Nota-se que apesar de Vitória ter o PIB *per capita* mais alto dentre as capitais, foi o segundo maior PIB *per capita* dentro do seu estado, atrás do Município de Anchieta. Esses resultados são apresentados na Tabela 9.

**Tabela 9 - População e PIB *per capita*,
segundo Municípios das Capitais - 2002-2005**

Municípios das Capitais e Unidades da Federação	2002		2003	
	População (1 000 hab.) (1)	PIB <i>per capita</i> (R\$)	População (1 000 hab.) (1)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Vitória/ES	302	25 205	306	27 233
Brasília/DF	2 180	25 747	2 231	28 282
São Paulo/SP	10 661	17 734	10 750	19 669
Porto Alegre/RS	1 392	15 111	1 404	16 018
Rio de Janeiro/RJ	5 966	15 242	6 009	15 923
Curitiba/PR	1 666	12 313	1 696	14 259
Manaus/AM	1 513	11 765	1 557	13 260
Florianópolis/SC	367	12 043	377	13 051
Cuiabá/MT	506	8 567	516	10 072
Belo Horizonte/MG	2 301	9 141	2 326	10 020
Goiânia/GO	1 143	8 837	1 162	9 267
Recife/PE	1 459	8 661	1 473	9 113
Aracaju/SE	479	8 637	485	7 918
Porto Velho/RO	353	6 063	360	7 446
São Luís/MA	920	6 102	940	6 905
Boa Vista/RR	220	7 259	227	8 389
Campo Grande/MS	703	6 830	719	7 675
Natal/RN	743	6 199	755	6 923
Palmas/TO	170	7 189	183	7 049
Fortaleza/CE	2 248	6 415	2 291	6 788
Salvador/BA	2 547	6 464	2 588	6 541
Belém/PA	1 338	5 838	1 361	6 538
Macapá/AP	316	7 031	329	6 934
Rio Branco/AC	279	5 603	287	6 063
João Pessoa/PB	627	6 239	638	6 582
Maceió/AL	846	4 904	865	5 452
Teresina/PI	749	4 984	762	5 640

Municípios das Capitais e Unidades da Federação	2004		2005	
	População (1 000 hab.) (1)	PIB <i>per capita</i> (R\$)	População (1 000 hab.) (1)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Vitória/ES	310	37 695	313	47 855
Brasília/DF	2 282	30 992	2 333	34 510
São Paulo/SP	10 839	20 943	10 928	24 083
Porto Alegre/RS	1 416	17 345	1 429	19 582
Rio de Janeiro/RJ	6 051	18 605	6 094	19 524
Curitiba/PR	1 727	15 811	1 758	16 964
Manaus/AM	1 593	15 995	1 645	16 547
Florianópolis/SC	387	13 992	397	15 776
Cuiabá/MT	525	13 370	534	12 499
Belo Horizonte/MG	2 351	11 570	2 375	11 951
Goiânia/GO	1 181	10 422	1 201	11 119
Recife/PE	1 487	9 938	1 501	11 102
Aracaju/SE	492	9 069	499	10 071
Porto Velho/RO	381	8 100	374	9 779
São Luís/MA	959	8 403	979	9 543
Boa Vista/RR	236	8 220	242	9 355
Campo Grande/MS	734	8 658	750	9 207
Natal/RN	766	7 721	778	9 047
Palmas/TO	188	8 159	208	8 326
Fortaleza/CE	2 333	7 529	2 375	8 309
Salvador/BA	2 632	7 557	2 674	8 283
Belém/PA	1 386	7 494	1 406	8 022
Macapá/AP	326	7 751	355	7 950
Rio Branco/AC	286	7 439	306	7 756
João Pessoa/PB	649	6 737	661	7 604
Maceió/AL	884	6 418	903	6 768
Teresina/PI	775	5 798	789	6 650

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada.

O Quadro 4 apresenta o PIB *per capita* das capitais brasileiras, em 2005, em relação ao PIB *per capita* do Brasil. São utilizadas as mesmas cores para as Unidades da Federação que compõem uma mesma região geográfica. Pode-se notar que todas as capitais das Regiões Sudeste e Sul apresentaram PIB *per capita* superior ao brasileiro enquanto, na Região Nordeste, nenhuma capital apresentou PIB *per capita* superior ao nacional. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, as únicas capitais que tiveram PIB *per capita* superior ao brasileiro foram Manaus (Amazonas), Brasília (Distrito Federal) e Cuiabá (Mato Grosso).

Quadro 4 - Coeficiente entre o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais e o PIB *per capita* do País - 2002 - 2005

2002	2003	2004	2005
Brasília 3,1	Brasília 3,0	Vitória 3,5	Vitória 4,1
Vitória 3,0	Vitória 2,9	Brasília 2,9	Brasília 3,0
São Paulo 2,1	São Paulo 2,1	São Paulo 2,0	São Paulo 2,1
Rio de Janeiro 1,8	Porto Alegre 1,7	Rio de Janeiro 1,7	Porto Alegre 1,7
Porto Alegre 1,8	Rio de Janeiro 1,7	Porto Alegre 1,6	Rio de Janeiro 1,7
Curitiba 1,5	Curitiba 1,5	Manaus 1,5	Curitiba 1,5
Florianópolis 1,4	Manaus 1,4	Curitiba 1,5	Manaus 1,4
Manaus 1,4	Florianópolis 1,4	Florianópolis 1,3	Florianópolis 1,4
Belo Horizonte 1,1	Cuiabá 1,1	Cuiabá 1,3	Cuiabá 1,1
Goiânia 1,1	Belo Horizonte 1,1	Belo Horizonte 1,1	Belo Horizonte 1,0
Recife 1,0	Goiânia 1,0	Goiânia 1,0	Goiânia 1,0
Aracaju 1,0	Recife 1,0	Recife 0,9	Recife 1,0
Cuiabá 1,0	Boa Vista 0,9	Aracaju 0,8	Aracaju 0,9
Boa Vista 0,9	Aracaju 0,8	Campo Grande 0,8	Porto Velho 0,8
Palmas 0,9	Campo Grande 0,8	São Luís 0,8	São Luís 0,8
Macapá 0,8	Porto Velho 0,8	Boa Vista 0,8	Boa Vista 0,8
Campo Grande 0,8	Palmas 0,7	Palmas 0,8	Campo Grande 0,8
Salvador 0,8	Macapá 0,7	Porto Velho 0,8	Natal 0,8
Fortaleza 0,8	Natal 0,7	Macapá 0,7	Palmas 0,7
João Pessoa 0,7	São Luís 0,7	Natal 0,7	Fortaleza 0,7
Natal 0,7	Fortaleza 0,7	Salvador 0,7	Salvador 0,7
São Luís 0,7	João Pessoa 0,7	Fortaleza 0,7	Belém 0,7
Porto Velho 0,7	Salvador 0,7	Belém 0,7	Macapá 0,7
Belém 0,7	Belém 0,7	Rio Branco 0,7	Rio Branco 0,7
Rio Branco 0,7	Rio Branco 0,6	João Pessoa 0,6	João Pessoa 0,7
Teresina 0,6	Teresina 0,6	Maceió 0,6	Maceió 0,6
Maceió 0,6	Maceió 0,6	Teresina 0,5	Teresina 0,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

Aplicando o indicador relativo à Tabela 4 para a variável PIB *per capita*, constata-se que o PIB *per capita* dos 10% dos municípios com os maiores PIB *per capita* foi 6,7 vezes maior do que os 50% dos municípios com os menores PIB *per capita*. Esses resultados estão apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 - Relação entre o PIB *per capita* dos 10% dos municípios com os maiores PIBs *per capita* com os 50% dos municípios com os menores PIBs *per capita*, segundo Grandes Regiões - 2002-2005

Grandes Regiões	2002	2003	2004	2005
Brasil	6,8	6,7	6,8	6,7
Norte	4,9	5,3	6,2	5,7
Nordeste	4,3	4,2	4,3	4,3
Sudeste	4,6	4,5	4,5	4,7
Sul	3,1	3,3	3,2	3,2
Centro-Oeste	6,7	6,6	6,5	6,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

A Região Sul apresentava os menores indicadores dentre as regiões, em toda a série. Na Região Centro-Oeste, o indicador, em 2005, era de 6,5, o mais alto ao longo da série.

Tabela 11 - Distribuição do PIB *per capita* pelos quartis, segundo Grandes Regiões - 2005

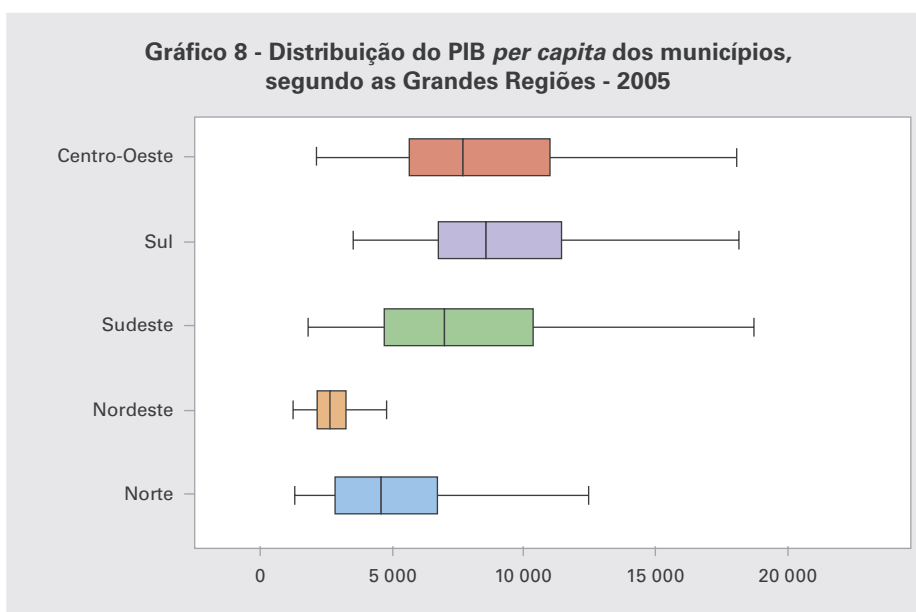
Grandes Regiões	Mínimo	1º quartil	2º quartil	3º quartil	Máximo	Coefficiente de assimetria de Bowley
Brasil	1 204	2 947	5 660	8 874	289 838	0,08
Norte	1 324	2 861	4 493	6 708	51 344	0,15
Nordeste	1 204	2 207	2 635	3 256	211 601	0,18
Sudeste	1 756	4 718	6 991	10 302	289 838	0,19
Sul	3 467	6 828	8 484	11 372	193 347	0,27
Centro-oeste	2 099	5 537	7 653	11 084	100 601	0,24

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

As informações fornecidas pelas Tabelas 10 e 11 permitem elaborar um quadro mais claro da distribuição da renda *per capita* das regiões geográficas do País. A dispersão da renda (Tabela 10), em conjunto com as medidas de posição e com uma medida de assimetria (Tabela 11), permite distinguir as diferenças regionais em relação à distribuição da renda no País.

O Gráfico 8 apresenta o *Box Plot* do PIB *per capita* para cada uma das regiões geográficas. Esse gráfico permite visualizar os resultados da Tabela 11. Optou-se por retirar todos os valores superiores ao terceiro quartil mais uma vez e meia a diferença interquartilica de modo a facilitar a visualização da distribuição entre as regiões. Desse modo o gráfico representa 96% dos municípios da Região Norte, 90% dos municípios da Região Nordeste, 92% dos municípios da Região Sudeste, 94% dos municípios da Região Sul e 91% dos municípios da Região Centro-Oeste.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

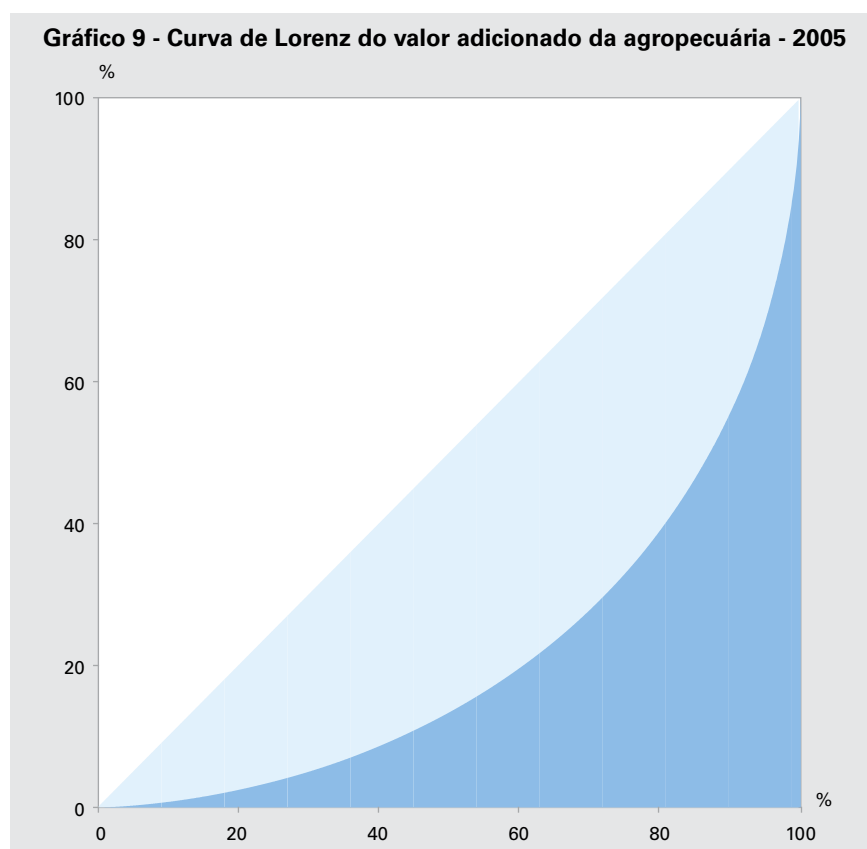
A Região Sul possuía a maior mediana da renda *per capita* dentre todas as regiões do País; ainda, esta renda *per capita* mediana era, aproximadamente, uma vez e meia a mediana da renda nacional. Observa-se, também, que o terceiro quartil da renda *per capita* da Região Nordeste era menor que o mínimo da Região Sul do País, ou seja, o PIB *per capita* mínimo da Região Sul era superior ao PIB *per capita* de $\frac{3}{4}$ dos municípios da Região Nordeste. Os quartis das Regiões Norte e Nordeste eram sempre menores que os obtidos para o Brasil, ao contrário do que acontece com as demais regiões. A Região Nordeste possuía os menores valores para os três quartis da distribuição. As Regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram maior assimetria. Todas as regiões apresentaram coeficientes de assimetria positivos. Quanto maior este coeficiente significa grande parte dos municípios com PIB *per capita* baixo e uma pequena parte com PIB *per capita* elevado.

Valor adicionado dos principais setores de atividade econômica

A seguir, destacam-se alguns resultados do valor adicionado dos principais setores de atividade econômica. Para cada setor de atividade, é apresentada a curva de Lorenz, o índice de Gini, a distribuição de freqüência acumulada e os mais expressivos ganhos e perdas na participação percentual do País.

Valor adicionado da agropecuária

A curva de Lorenz, para o valor adicionado da agropecuária, evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Ressalta-se que a atividade agropecuária, quando comparada aos demais setores de atividade econômica, foi a menos concentrada. O Gráfico 9 apresenta a curva de Lorenz para o valor adicionado da agropecuária. O índice de Gini no Brasil, em 2005, para essa atividade, foi de 0,57. O mais alto valor do índice de Gini foi observado na Bahia (0,60) e o mais baixo em Rondônia (0,28).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 4 mostra que os municípios de Mato Grosso e os do oeste baiano concentravam os maiores valores adicionados da agropecuária. Nos Estados de Goiás e Minas Gerais mais de 20% dos municípios encontravam-se nas três maiores faixas. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado da agropecuária estavam localizadas nos Estados do Piauí, onde 70% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição, Paraíba, com 65% e Rio Grande do Norte, com 60%.

Cartograma 4 - Valor adicionado bruto da agropecuária municipal - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 12 mostra a distribuição do número de municípios e da população, segundo faixas de participação relativa¹² no valor adicionado da agropecuária do País, para os anos 2002 a 2005. Observa-se que, em 2004, 165 municípios agregavam 25% do valor adicionado da agropecuária do Brasil, e em 2005, 183 municípios. 652 municípios brasileiros agregavam apenas 1% do valor adicionado da agropecuária.

Tabela 12 - Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado da agropecuária do País - 2002-2005

Faixas de participação relativa no valor adicionado da agropecuária do País	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2002						
Até 25%	197	3,5	8,9	197	3,5	8,9
De 25% a 50%	525	9,4	15,8	722	13,0	24,8
De 50% a 75%	1 104	19,9	28,7	1 826	32,8	53,5
De 75% a 95%	2 043	36,7	27,7	3 869	69,6	81,2
De 95% a 99%	1 020	18,3	9,1	4 889	87,9	90,3
De 99% a 100%	671	12,1	9,7	5 560	100,0	100,0
2003						
Até 25%	193	3,5	7,9	193	3,5	7,9
De 25% a 50%	536	9,6	13,0	729	13,1	20,8
De 50% a 75%	1 101	19,8	22,2	1 830	32,9	43,0
De 75% a 95%	2 035	36,6	36,5	3 865	69,5	79,5
De 95% a 99%	1 028	18,5	10,4	4 893	88,0	89,9
De 99% a 100%	667	12,0	10,1	5 560	100,0	100,0
2004						
Até 25%	165	3,0	7,3	165	3,0	7,3
De 25% a 50%	517	9,3	15,6	682	12,3	22,9
De 50% a 75%	1 095	19,7	21,3	1 777	32,0	44,1
De 75% a 95%	2 049	36,9	34,9	3 826	68,8	79,1
De 95% a 99%	1 046	18,8	10,9	4 872	87,6	90,0
De 99% a 100%	688	12,4	10,0	5 560	100,0	100,0
2005						
Até 25%	183	3,3	8,0	183	3,3	8,0
De 25% a 50%	535	9,6	16,8	718	12,9	24,8
De 50% a 75%	1 125	20,2	23,0	1 843	33,1	47,8
De 75% a 95%	2 055	36,9	32,6	3 898	70,1	80,4
De 95% a 99%	1 014	18,2	10,0	4 912	88,3	90,4
De 99% a 100%	652	11,7	9,6	5 564	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005 dados sujeitos a revisão.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada.

Como já observado, a agropecuária era uma atividade com grande dispersão. Isto pode ser observado na Tabela 13, onde estão destacados os 12 municípios com os maiores valores adicionados da agropecuária, que juntos representavam aproximadamente 5% do total, em 2005.

¹² Sendo a participação relativa no valor adicionado da agropecuária do País ordenada de forma decrescente.

Tabela 13 - Municípios que representavam 5% do valor adicionado da agropecuária - 2005

Municípios e Unidades da Federação	Valor adicionado da agropecuária		Participação relativa acumulada no valor adicionado da agropecuária (%)
	Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	
Campo Verde/MT	735 118	0,7	0,7
São Desidério/BA	559 299	0,5	1,2
Sapezal/MT	558 529	0,5	1,8
Primavera do Leste/MT	466 430	0,4	2,2
Diamantino/MT	445 634	0,4	2,6
Campo Novo do Parecis/MT	374 340	0,4	3,0
Uberaba/MG	371 776	0,4	3,3
Barreiras/BA	366 324	0,3	3,7
Cristalina/GO	359 871	0,3	4,0
Sorriso/MT	356 676	0,3	4,4
Nova Mutum/MT	341 770	0,3	4,7
Itiquira/MT	320 805	0,3	5,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O ano 2005 não foi muito favorável para a cultura de soja no País, devido principalmente à estiagem em Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e em especial no Rio Grande do Sul. Outro fator importante foi a queda acentuada no preço da oleaginosa em relação a 2004. O principal motivo dessa queda foi a valorização cambial, a queda da cotação do produto no mercado internacional e a qualidade inferior de parte da soja colhida no País.

Nos municípios de Mato Grosso que possuíam uma agricultura mais diversificada, foram alcançados ganhos expressivos. O Município de Campo Verde, grande produtor de algodão herbáceo no País, cultura que possui alto valor comercial, passou a ocupar o primeiro lugar no *ranking* nacional.

São Desidério (Bahia), município situado na região oeste do estado tinha na agricultura a principal base da sua economia, com ênfase na agricultura irrigada. Possuía condições climáticas favoráveis e uma das maiores e mais ricas bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro, com 24 rios perenes. Seus principais produtos eram: algodão herbáceo (maior produtor do País); soja; milho; e café. Tinha também relevante produção de mamão, arroz e feijão.

Sapezal (Mato Grosso) era o segundo município maior produtor de soja, terceiro maior produtor de algodão herbáceo e quinto maior produtor de milho do País. Primavera do Leste (Mato Grosso) era o quinto maior produtor de algodão herbáceo do País. Campo Novo do Parecis, Nova Mutum e Diamantino, todos municípios do Estado de Mato Grosso eram, respectivamente, o terceiro, o quarto e o quinto maiores produtores brasileiros de soja. O Município de Sorriso (Mato Grosso), que liderou o *ranking* nacional do valor adicionado da agropecuária em 2004, reduziu o seu valor de produção em 2005. A estrutura produtiva do município baseava-se na agricultura de grãos, sendo soja, arroz, milho e algodão as principais culturas. Itiquira (Mato Grosso) era grande produtor de algodão herbáceo.

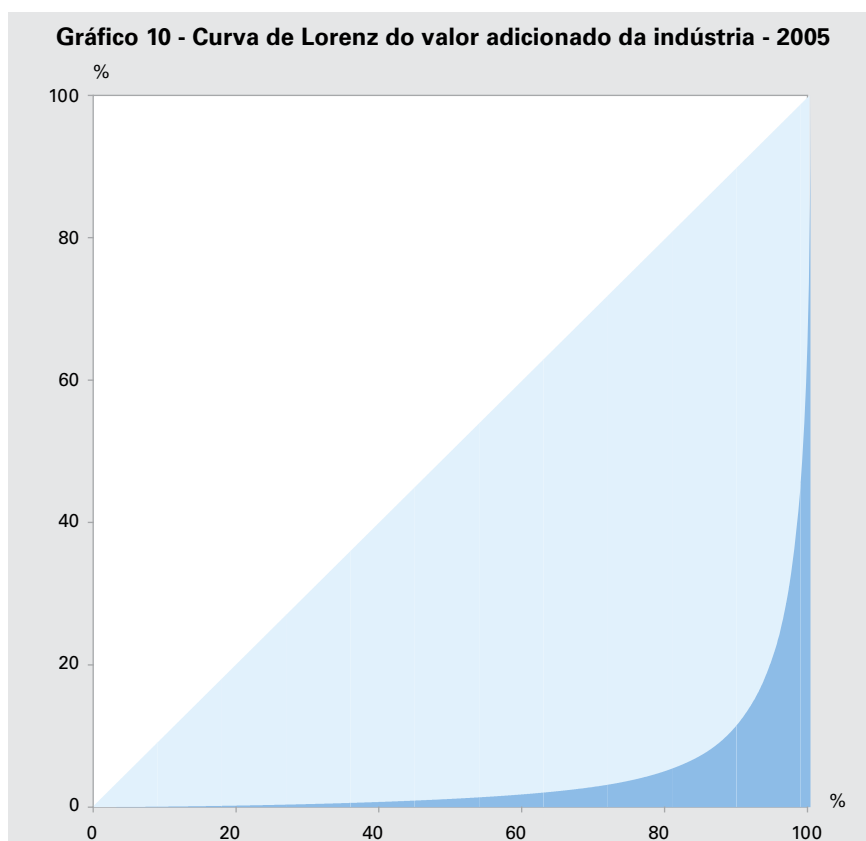
Em Uberaba (Minas Gerais), o destaque foram os rebanhos bovinos e de aves. Era o maior produtor de soja e milho do seu estado e possuía agricultura diversificada.

Barreiras (Bahia) produzia, principalmente soja, algodão herbáceo, café, milho e frutas. Tinha relevante pecuária de corte e leite. A atividade pecuária foi impulsionada pela instalação de um frigorífico.

Cristalina (Goiás) tinha produção agrícola bastante diversificada, com destaque para o cultivo de trigo, feijão, milho, soja e café.

Valor adicionado da indústria

A curva de Lorenz, para o valor adicionado da indústria, evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Ressalta-se o fato da atividade industrial, quando comparada às demais atividades, ser a que apresentava a maior concentração. O índice de Gini no Brasil, em 2005, para essa atividade, foi de 0,91. O Gráfico 10 apresenta a curva de Lorenz para o valor adicionado da indústria. O maior índice de Gini por Unidade da Federação pertenceu ao Estado do Amazonas (0,97) e o menor, ao Estado de Rondônia (0,74).

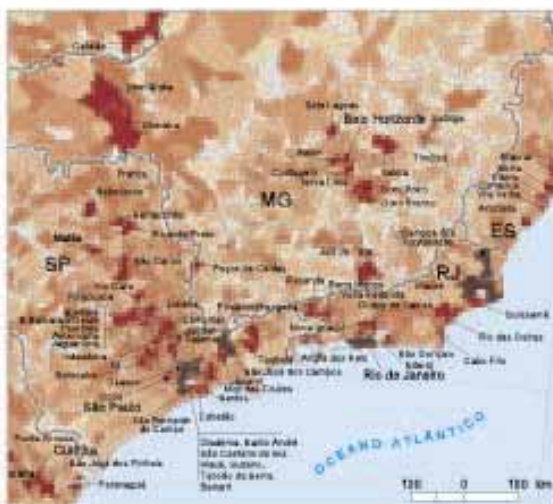
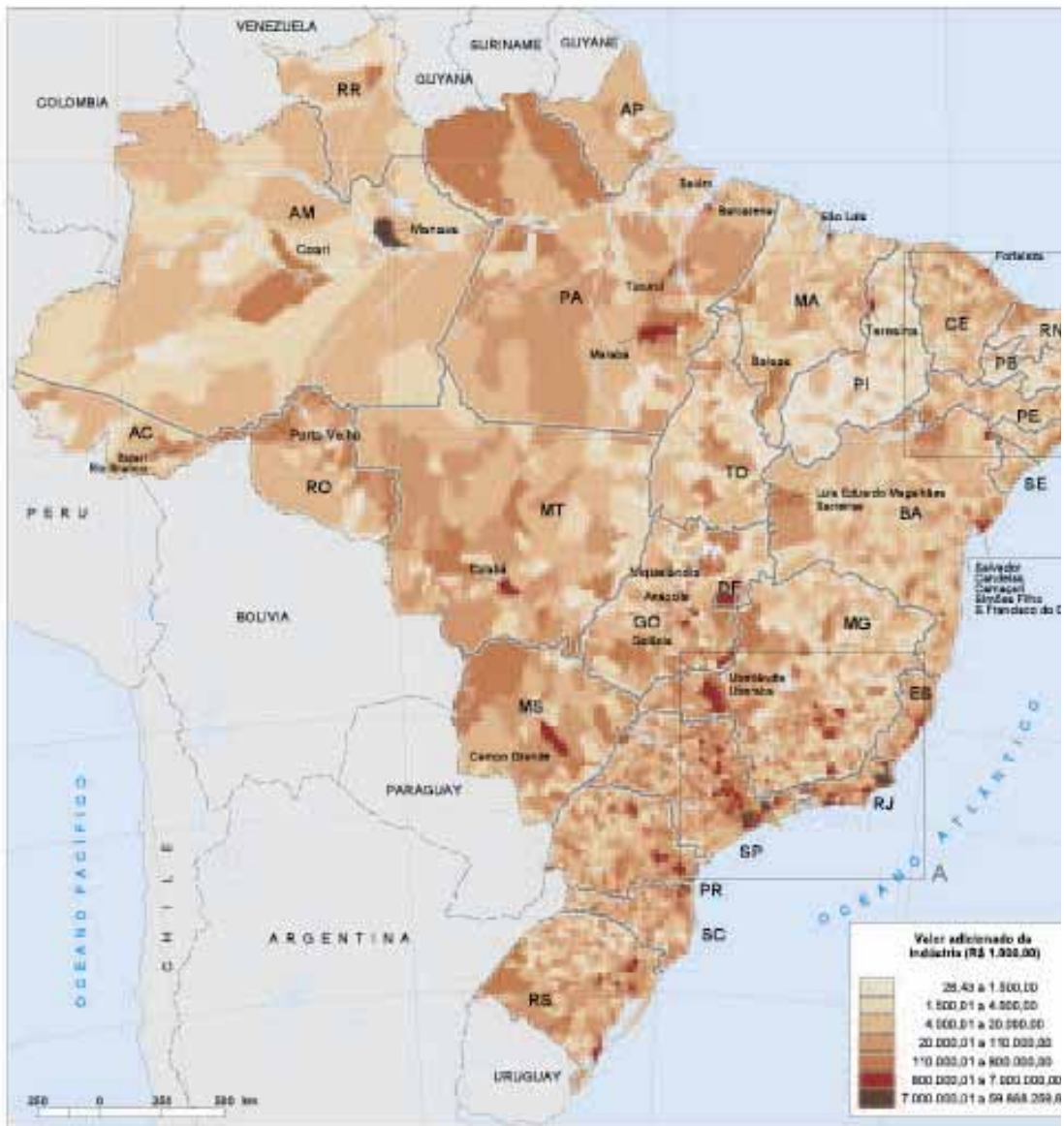


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 5 mostra que os municípios dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam alto valor adicionado industrial, com aproximadamente 37% e 27% dos municípios, respectivamente, nas três últimas faixas da distribuição. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado da indústria estavam localizadas nos Estados do Piauí, onde 74% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição e Paraíba, com 56%.

Cartograma 5 - Valor adicionado bruto da indústria municipal - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 14 mostra a distribuição do número de municípios e da população, segundo faixas de participação relativa¹³ no valor adicionado da indústria do País, para os anos de 2002 a 2005. Pode-se destacar que, em 2004 e em 2005, apenas dez municípios concentravam $\frac{1}{4}$ do valor adicionado da indústria. Esta faixa concentrava 13,4% e 12,6% da população brasileira para os anos 2004 e 2005, respectivamente.

Tabela 14 - Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado da indústria do País - 2002-2005

Faixas de participação relativa no valor adicionado da indústria do País	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2002						
Até 25%	9	0,2	12,2	9	0,2	12,2
De 25% a 50%	47	0,8	16,1	56	1,0	28,3
De 50% a 75%	174	3,1	17,6	230	4,1	45,9
De 75% a 95%	897	16,1	24,9	1.127	20,3	70,8
De 95% a 99%	1.872	33,7	18,8	2.999	53,9	89,6
De 99% a 100%	2.561	46,1	10,4	5.560	100,0	100,0
2003						
Até 25%	10	0,2	13,1	10	0,2	13,1
De 25% a 50%	48	0,9	15,6	58	1,0	28,7
De 50% a 75%	175	3,1	17,7	233	4,2	46,4
De 75% a 95%	891	16,0	24,3	1 124	20,2	70,8
De 95% a 99%	1 815	32,6	18,4	2 939	52,9	89,2
De 99% a 100%	2 621	47,1	10,8	5 560	100,0	100,0
2004						
Até 25%	10	0,2	13,4	10	0,2	13,4
De 25% a 50%	50	0,9	15,5	60	1,1	29,0
De 50% a 75%	174	3,1	17,3	234	4,2	46,2
De 75% a 95%	899	16,2	24,6	1 133	20,4	70,9
De 95% a 99%	1 801	32,4	18,3	2 934	52,8	89,2
De 99% a 100%	2 626	47,2	10,8	5 560	100,0	100,0
2005						
Até 25%	10	0,2	12,6	10	0,2	12,6
De 25% a 50%	49	0,9	16,3	59	1,1	28,8
De 50% a 75%	171	3,1	17,1	230	4,1	46,0
De 75% a 95%	909	16,3	25,3	1 139	20,5	71,3
De 95% a 99%	1 840	33,1	18,5	2 979	53,5	89,8
De 99% a 100%	2 585	46,5	10,2	5 564	100,0	100,0

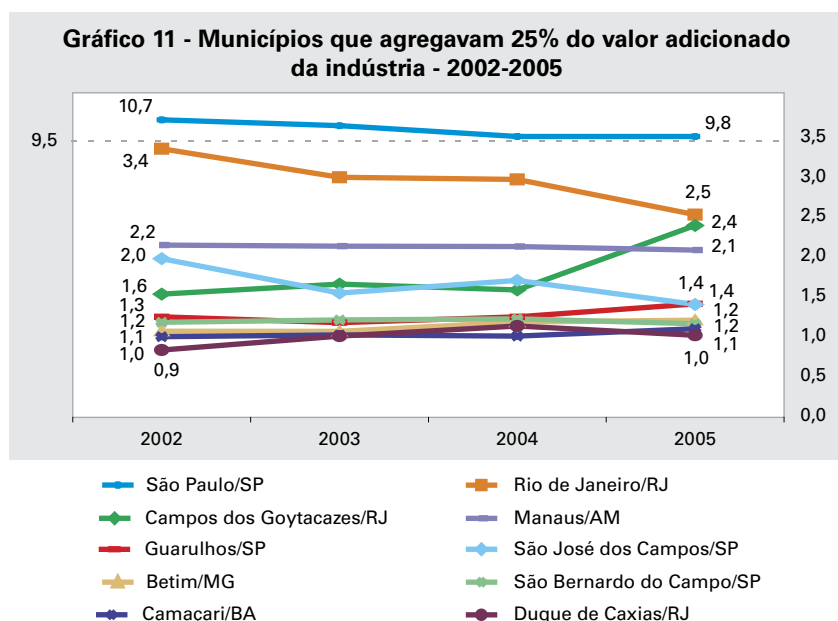
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada.

¹³ Sendo a participação relativa no valor adicionado da indústria do País ordenada de forma decrescente.

Em 2005, com 59 municípios chegou-se à metade do valor adicionado da indústria e a 28,8% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 2 585 municípios responderam por 1% do valor adicionado da indústria e concentraram 10,2% da população. Estes números mostram a grande concentração da indústria no Território Nacional. O Gráfico 11 apresenta a participação dos maiores municípios em relação ao valor adicionado industrial no período 2002 a 2005.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005 dados sujeitos a revisão.

São Paulo (São Paulo) se manteve como o principal pólo industrial do País, com participação relativa de 9,8%, apesar de perder em relação a 2002 (10,7%). Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) permaneceu como segundo colocado no *ranking* industrial do País, com participação relativa de 2,5%, apesar de vir perdendo desde 2002 (3,4%).

Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), onde se concentravam as atividades de exploração de petróleo e gás natural, apresentou aumento na participação do valor adicionado industrial, tendo sido beneficiado pela produção de petróleo e gás natural (crescimento de 13,0% no período 2005/2004). Esse aumento fez com que a participação de Campos dos Goytacazes superasse a de Manaus (Amazonas) pela primeira vez na série. A participação do valor adicionado industrial de Manaus, onde está localizado o parque industrial do estado, manteve-se em torno de 2% em toda a série. O Município de Guarulhos (São Paulo) possuía indústria diversificada com destaque para a de produtos farmacêuticos, de máquinas e de equipamentos e material elétrico. São José dos Campos (São Paulo), município basicamente industrial, foi fortemente influenciado pela indústria aeroespacial, que tem como característica apresentar movimentos cíclicos. Isso pode ser observado em toda a série. As demais indústrias do município contribuíram para suavizar esses movimentos.

Betim, município-pólo de desenvolvimento industrial do seu estado, era sede de montadora de automóveis e movimentava uma rede de fornecedores no seu entorno.

Possuía também grandes indústrias nos segmentos de química e metal-mecânica. Em São Bernardo do Campo (São Paulo), destacava-se a indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a essa cadeia produtiva. Camaçari (Bahia) tinha como o setor mais importante de sua economia o industrial. Estavam instalados nesse município um pólo petroquímico e um complexo automobilístico. Duque de Caxias (Rio de Janeiro) era o principal pólo de produção de derivados de petróleo do seu Estado, em função das atividades da sua refinaria.

Realizando um corte nos municípios que representavam, pelo menos 0,5% do valor adicionado industrial, em 2005, observa-se que o Município de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro) foi o que mais ganhou participação relativa na série (0,8%). Como salientado anteriormente, ocorreu, no período de 2002 a 2005, aumento de produção de petróleo e gás natural (15%) e, também, aumento nos preços do barril de petróleo (119,1% em dólar). Os municípios que apresentaram as maiores perdas de participação na série foram São Paulo (São Paulo) (0,9%) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) (0,8%).

Tabela 15 - Participação relativa e diferença absoluta na participação, segundo os municípios que participavam com pelo menos 0,5% do valor adicionado da indústria - 2002-2005

Municípios e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado da indústria (%)				Diferença absoluta 2002/2005 (%)
	2002	2003	2004	2005	
Campos dos Goytacazes/RJ	1,6	1,7	1,6	2,4	0,8
Cabo Frio/RJ	0,3	0,3	0,3	0,6	0,3
São Caetano do Sul/SP	0,3	0,3	0,4	0,5	0,2
Rio das Ostras/RJ	0,6	0,5	0,5	0,8	0,2
Duque de Caxias/RJ	0,9	1,0	1,2	1,0	0,2
Guarulhos/SP	1,3	1,2	1,3	1,4	0,2
Salvador/BA	0,6	0,5	0,6	0,7	0,2
Campinas/SP	0,8	0,9	0,8	0,9	0,1
Betim/MG	1,1	1,1	1,2	1,2	0,1
Brasília/DF	0,9	1,0	0,9	1,0	0,1
Vitória/ES	0,4	0,3	0,4	0,5	0,1
Barueri/SP	0,7	0,6	0,7	0,8	0,1
Camaçari/BA	1,0	1,0	1,0	1,1	0,1
Macaé/RJ	0,5	0,4	0,4	0,5	0,1
Diadema/SP	0,5	0,5	0,5	0,6	0,0
Caxias do Sul/RS	0,5	0,5	0,6	0,6	0,0
Curitiba/PR	1,0	1,1	1,1	1,0	0,0
Joinville/SC	0,7	0,6	0,7	0,7	0,0
Triunfo/RS	0,5	0,6	0,6	0,6	0,0
Contagem/MG	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
São José dos Pinhais/PR	0,5	0,5	0,5	0,6	0,0
Canoas/RS	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Serra/ES	0,5	0,5	0,6	0,5	0,0
Volta Redonda/RJ	0,6	0,5	0,6	0,6	0,0
Araucária/PR	0,6	0,7	0,6	0,6	(-) 0,0
São Bernardo do Campo/SP	1,2	1,2	1,2	1,2	(-) 0,0
Belo Horizonte/MG	0,7	0,7	0,8	0,7	(-) 0,0
Jundiaí/SP	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,0
Manaus/AM	2,2	2,1	2,1	2,1	(-) 0,1
Porto Alegre/RS	0,7	0,6	0,6	0,6	(-) 0,1
Santo André/SP	0,8	0,9	0,8	0,7	(-) 0,1
Cubatão/SP	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,1
São Francisco do Conde/BA	0,7	0,6	0,5	0,6	(-) 0,1
Fortaleza/CE	0,7	0,6	0,6	0,6	(-) 0,2
Foz do Iguaçu/PR	0,7	0,6	0,6	0,6	(-) 0,2
São José dos Campos/SP	2,0	1,6	1,7	1,4	(-) 0,6
Rio de Janeiro/RJ	3,4	3,0	3,0	2,5	(-) 0,8
São Paulo/SP	10,7	10,4	9,8	9,8	(-) 0,9

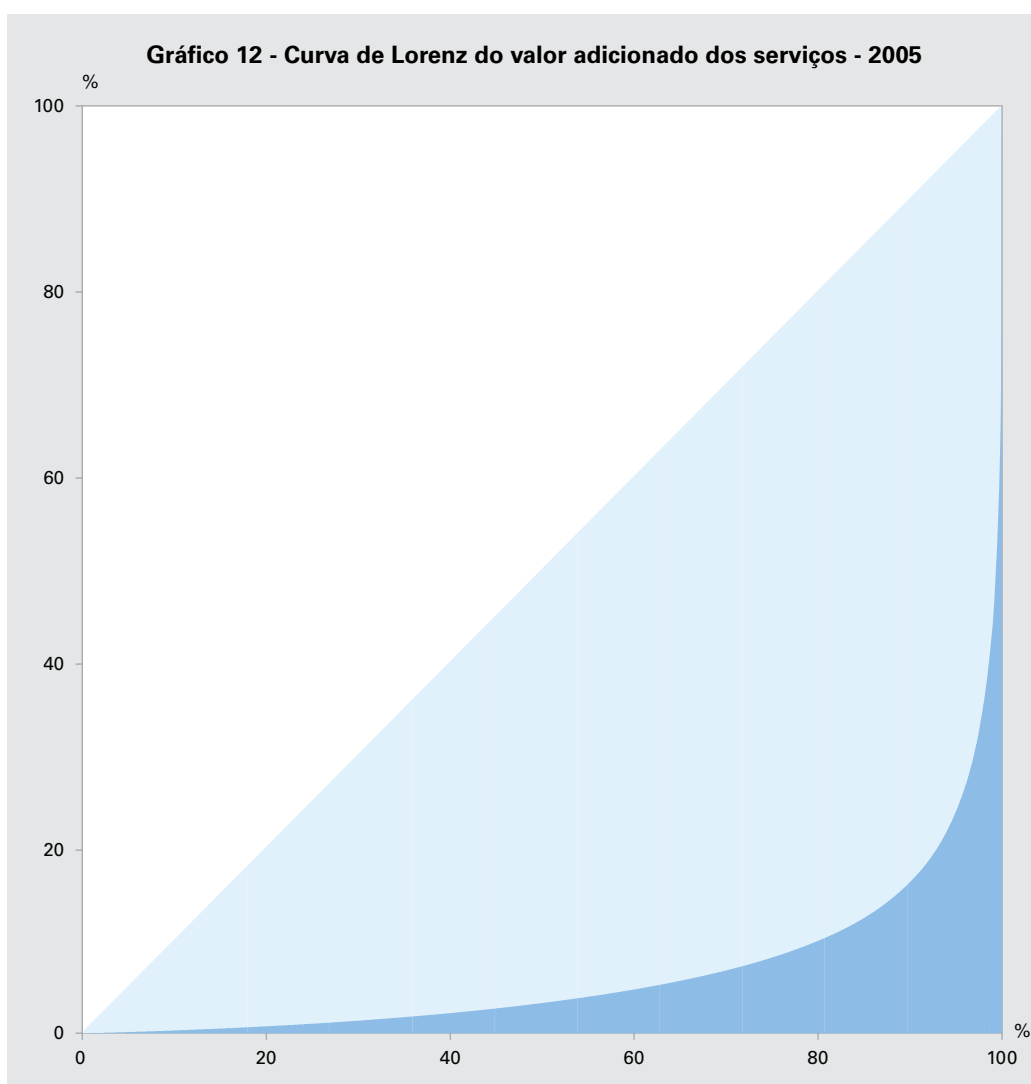
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

Valor adicionado dos serviços

A curva de Lorenz, para o valor adicionado dos serviços, ficou bem próxima à do PIB. O índice de Gini, no Brasil, em 2005, para essa atividade, foi de 0,87. O maior (0,89) e o menor (0,69) índice de Gini, por Unidade da Federação, pertenceram aos Estados de São Paulo e Rondônia, respectivamente.

O Gráfico 12 apresenta a curva de Lorenz para os serviços. O subsetor de atividade responsável pela maior dispersão de serviços é o setor da administração pública e será detalhado a seguir.

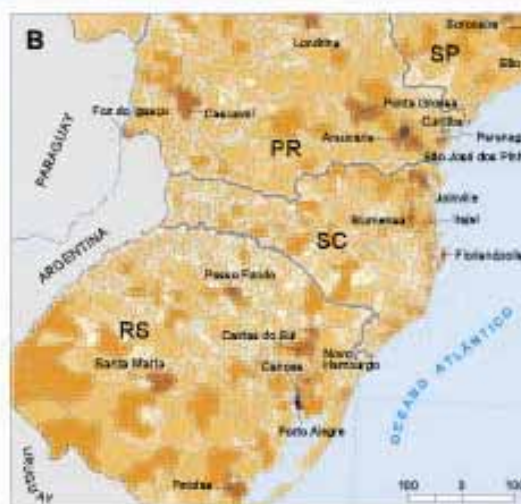
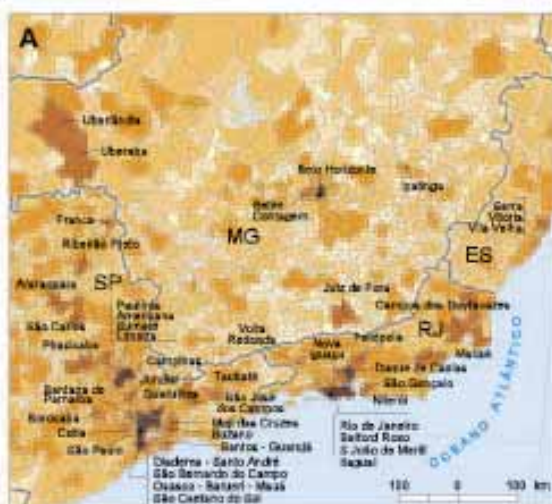


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 6 mostra que os municípios do Estado do Rio de Janeiro possuem valor adicionado dos serviços elevado, com mais de 50% dos municípios nas três últimas faixas da distribuição. No Estado do Piauí, 56% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

Cartograma 6 - Valor adicionado bruto dos serviços municipais - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia

A Tabela 16 mostra a distribuição do número de municípios e da população, segundo faixas de participação relativa¹⁴ no valor adicionado dos serviços do País, para a série 2002 a 2005. Ao longo da série, não houve modificação na composição dos municípios que agregavam até 25% do valor adicionado dos serviços, sendo que esses dois municípios, São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), juntos somavam 21,4% em 2002, 20,8% em 2003, 19,7% em 2004 e 20,3% em 2005. Esta faixa concentrava 9,2% da população brasileira em 2005.

Em 2005, com 36 municípios, chegava-se à metade do valor adicionado dos serviços e a 27,8% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 1 370 municípios respondiam por 1% do valor adicionado dos serviços e concentravam 3,1% da população.

Tabela 16 - Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado dos serviços do País - 2002-2005

Faixas de participação relativa no valor adicionado dos serviços do País	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2002						
Até 25%	2	0,0	9,4	2	0,0	9,4
De 25% a 50%	31	0,6	17,4	33	0,6	26,8
De 50% a 75%	209	3,8	24,3	242	4,4	51,1
De 75% a 95%	1.880	33,8	33,9	2.122	38,2	85,0
De 95% a 99%	2.070	37,2	11,8	4.192	75,4	96,8
De 99% a 100%	1.368	24,6	3,2	5.560	100,0	100,0
2003						
Até 25%	2	0,0	9,4	2	0,0	9,4
De 25% a 50%	34	0,6	18,2	36	0,6	27,6
De 50% a 75%	219	3,9	24,3	255	4,6	51,9
De 75% a 95%	1 900	34,2	33,3	2 155	38,8	85,3
De 95% a 99%	2 057	37,0	11,6	4 212	75,8	96,8
De 99% a 100%	1 348	24,2	3,2	5 560	100,0	100,0
2004						
Até 25%	2	0,0	9,3	2	0,0	9,3
De 25% a 50%	35	0,6	18,8	37	0,7	28,1
De 50% a 75%	222	4,0	24,2	259	4,7	52,3
De 75% a 95%	1 892	34,0	33,1	2 151	38,7	85,4
De 95% a 99%	2 049	36,9	11,5	4 200	75,5	96,9
De 99% a 100%	1 360	24,5	3,1	5 560	100,0	100,0
2005						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	34	0,6	18,5	36	0,6	27,8
De 50% a 75%	218	3,9	24,4	254	4,6	52,2
De 75% a 95%	1 881	33,8	33,4	2 135	38,4	85,6
De 95% a 99%	2 059	37,0	11,3	4 194	75,4	96,9
De 99% a 100%	1 370	24,6	3,1	5 564	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005 dados sujeitos a revisão.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada.

¹⁴ Sendo a participação relativa no valor adicionado dos serviços do País ordenada de forma decrescente.

A concentração dos serviços nas capitais era bastante alta, chegando a totalizar 40,8% em 2005. Dos 36 municípios que agregavam 50% do valor adicionado dos serviços, 17 correspondiam a capitais.

Na Tabela 17, é apresentado o valor adicionado dos serviços com recorte nas capitais brasileiras.

Tabela 17 - Valor adicionado dos serviços total, participação relativa e posição dos municípios, segundo Municípios das Capitais - 2005

Municípios das Capitais e Unidades da Federação	Valor adicionado dos serviços		Posição dos municípios em relação ao valor adicionado dos serviços
	Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	
São Paulo/SP	165 021 435	13,8	1º
Rio de Janeiro/RJ	77 666 123	6,5	2º
Brasília/DF	65 732 732	5,5	3º
Porto Alegre/RS	19 889 809	1,7	4º
Belo Horizonte/MG	19 363 306	1,6	5º
Curitiba/PR	18 799 112	1,6	6º
Salvador/BA	14 757 306	1,2	7º
Fortaleza/CE	13 767 383	1,1	9º
Recife/PE	11 018 045	0,9	12º
Manaus/AM	10 683 775	0,9	14º
Goiânia/GO	9 253 907	0,8	16º
Belém/PA	7 666 653	0,6	18º
Vitória/ES	7 488 302	0,6	19º
São Luís/MA	5 693 234	0,5	24º
Natal/RN	5 107 275	0,4	28º
Campo Grande/MS	4 605 692	0,4	33º
Florianópolis/SC	4 406 941	0,4	35º
Maceió/AL	4 143 485	0,3	39º
Cuiabá/MT	3 990 848	0,3	40º
Teresina/PI	3 363 591	0,3	44º
Aracaju/SE	3 309 600	0,3	46º
João Pessoa/PB	3 082 628	0,3	51º
Porto Velho/RO	2 689 465	0,2	59º
Macapá/AP	2 338 742	0,2	62º
Boa Vista/RR	1 755 811	0,1	88º
Rio Branco/AC	1 664 739	0,1	94º
Palmas/TO	978 340	0,1	157º

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Ao longo da série, verificou-se a perda de participação dos municípios das capitais na distribuição do valor adicionado dos serviços, passando de 42,1%, em 2002, para 40,8%, em 2005.

Realizando um corte nos municípios que representavam pelo menos 0,5% do valor adicionado dos serviços, em 2005, obtinha-se 22 municípios. A Tabela 18 mostra a participação destes municípios na série e a diferença absoluta da participação entre os anos 2002 e 2005.

Tabela 18 - Participação relativa e diferença absoluta na participação, segundo os Municípios que participavam com pelo menos 0,5% do valor adicionado dos serviços - 2002-2005

Municípios e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado dos serviços (%)				Diferença absoluta 2002/2005 (%)
	2002	2003	2004	2005	
Barueri/SP	0,9	0,8	0,9	1,2	0,3
Vitória/ES	0,5	0,5	0,6	0,6	0,2
Osasco/SP	0,9	0,9	1,0	1,0	0,2
Manaus/AM	0,8	0,8	0,9	0,9	0,1
Duque de Caxias/RJ	0,8	0,9	0,9	0,9	0,0
São Bernardo do Campo/SP	0,7	0,7	0,7	0,7	0,0
Curitiba/PR	1,5	1,6	1,6	1,6	0,0
Belém/PA	0,6	0,6	0,7	0,6	0,0
Ribeirão Preto/SP	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Fortaleza/CE	1,1	1,1	1,1	1,1	0,0
Guarulhos/SP	0,9	0,9	0,9	0,9	(-) 0,0
Santos/SP	0,5	0,5	0,5	0,5	(-) 0,0
Campinas/SP	1,0	1,0	1,0	1,0	(-) 0,0
Goiânia/GO	0,8	0,8	0,8	0,8	(-) 0,0
São José dos Campos/SP	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,1
Recife/PE	1,0	0,9	0,9	0,9	(-) 0,1
Brasília/DF	5,6	5,4	5,6	5,5	(-) 0,1
Salvador/BA	1,4	1,3	1,3	1,2	(-) 0,1
Porto Alegre/RS	1,8	1,7	1,6	1,7	(-) 0,1
Belo Horizonte/MG	1,7	1,7	1,8	1,6	(-) 0,1
São Paulo/SP	14,1	13,8	13,0	13,8	(-) 0,3
Rio de Janeiro/RJ	7,3	7,0	6,7	6,5	(-) 0,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005 dados sujeitos a revisão.

Os Municípios que mais ganharam participação relativa na série foram: Barueri (São Paulo) (0,3%); Vitória (Espírito Santo) (0,2%); e Osasco (São Paulo) (0,2%). As maiores perdas foram observadas nos Municípios do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) (0,9%) e de São Paulo (São Paulo) (0,3%).

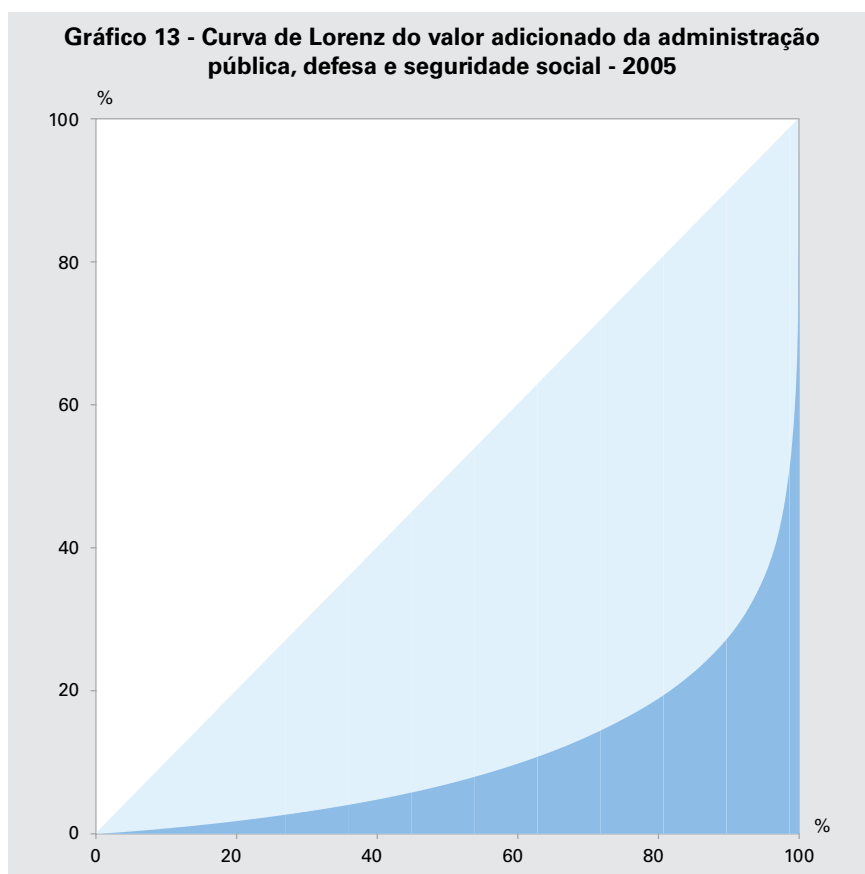
Barueri destacava-se, principalmente, nos segmentos de serviços de informação, comércio e intermediação financeira. Osasco, município conhecido pela indústria automotiva, tinha também grande participação no setor de serviços, principalmente no segmento de intermediação financeira. Os serviços de intermediação financeira são os responsáveis pelo ganho de participação no País de ambos os municípios.

Vitória vinha se destacando nos segmentos de serviços avançados como: tecnologia da informação e comunicação, desenvolvimento de *softwares* e prestação de serviços na área de informática e, também, pelas atividades portuárias.

Valor adicionado da administração pública, defesa e seguridade social

O valor adicionado da atividade administração pública era mais concentrado do que o da agropecuária, entretanto, quando comparada à indústria e ao total dos serviços era menos concentrada. O índice de Gini, no Brasil, para o valor adicionado da administração pública, em 2005, foi de 0,78. O maior índice (0,80) pertenceu ao Estado de São Paulo e o menor (0,54) ao Estado do Maranhão.

O Gráfico 13 apresenta a curva de Lorenz para o valor adicionado da administração pública.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 7 mostra a distribuição da administração pública dos municípios em relação à sua participação no PIB. Ressalta-se a importância da administração pública nas Regiões Norte e Nordeste do País, bem como no norte de Minas Gerais.

Cartograma 7 - Participação da administração pública, defesa e seguridade social no Produto Interno Bruto municipal - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Dos 5 564 municípios brasileiros, 1 740 (31,3%) tinham mais do que 1/3 da sua economia dependente da administração pública. Cabe ressaltar que o peso do valor adicionado da administração pública no valor adicionado do Brasil, em 2005, foi de 13%.

A Tabela 19 destaca os seis municípios com participação da administração pública em relação ao PIB superior a 70% em 2005. Estes municípios tinham grande dependência da máquina administrativa na sua economia, e estavam localizados em Roraima, na Paraíba e no Amazonas.

Tabela 19 - Municípios com participação da administração pública, defesa e seguridade social no PIB superior a 70% e posição em relação ao PIB do País em 2005 - 2002-2005

Municípios e Unidades da Federação	Participação da administração pública, defesa e seguridade social no PIB do município (%)				Posição do município em relação ao PIB 2005
	2002	2003	2004	2005	
Uiramutã/RR	76,2	75,0	78,7	81,0	3 953°
Areia de Baraúnas/PB	66,7	68,0	71,3	72,8	5 554°
Poço Dantas/PB	69,2	68,8	69,7	72,8	5 427°
Vieirópolis/PB	59,6	64,0	68,5	71,7	5 399°
Lastro/PB	60,5	62,2	63,0	71,0	5 484°
Japurá/AM	67,6	71,7	69,2	70,6	3 965°

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005 dados sujeitos a revisão.

A administração pública teve peso superior a 37% em todos os municípios de Roraima. Sendo que no Município de Uiramutã (Roraima) esse peso foi superior a 80% em 2005. Fica evidente também o peso da administração pública nos municípios do Estado do Amapá, que em 2004 foi superior a 35% em todos eles, à exceção de Serra do Navio. Nesse município a participação da administração pública em relação ao PIB foi de 5%.

Considerando as capitais, observa-se que o peso da administração pública foi inferior ao peso nacional em 14 capitais, como mostra a Tabela 20.

O peso da administração pública em aproximadamente 55% dos municípios dos Estados de São Paulo e Santa Catarina era inferior a 15%. Eram os estados em que os municípios tinham menor dependência do governo.

Tabela 20 - Participação da administração pública, defesa e seguridade social dos Municípios das Capitais em relação ao PIB, e participação da população em relação ao País e à Unidade da Federação - 2002-2005

Municípios das Capitais e Unidades da Federação	Participação da administração pública, defesa e seguridade social no PIB do município (%)				Participação da população (%)	
	2002	2003	2004	2005	No País	Na Unidade da Federação
Brasília/DF	48,3	48,3	49,7	48,1	1,3	100,0
Boa Vista/RR	39,5	37,3	40,3	40,1	0,1	61,9
Macapá/AP	34,8	36,8	38,8	39,8	0,2	59,8
Rio Branco/AC	28,6	29,2	26,4	26,6	0,2	45,6
Porto Velho/RO	25,8	21,5	21,4	20,9	0,2	24,4
Palmas/TO	15,9	18,5	18,6	19,5	0,1	15,9
João Pessoa/PB	14,9	16,7	17,9	17,7	0,4	18,4
Campo Grande/MS	15,1	15,4	15,6	16,0	0,4	33,1
Natal/RN	16,4	15,5	16,1	15,2	0,4	25,9
Maceió/AL	15,5	15,1	14,4	15,0	0,5	30,0
Aracaju/SE	12,9	15,2	13,6	13,8	0,3	25,3
Teresina/PI	14,1	13,6	14,5	13,6	0,4	26,2
Rio de Janeiro/RJ	13,4	13,7	12,5	13,1	3,3	39,6
Fortaleza/CE	11,0	11,6	12,4	12,2	1,3	29,3
Recife/PE	11,3	11,7	11,8	11,8	0,8	17,8
Belém/PA	11,5	11,9	11,3	11,6	0,8	20,2
Belo Horizonte/MG	11,1	10,9	10,3	11,4	1,3	12,3
Cuiabá/MT	12,6	11,6	10,0	11,3	0,3	19,0
Goiânia/GO	9,8	10,0	10,7	10,9	0,7	21,4
Salvador/BA	9,6	10,8	9,5	10,2	1,5	19,4
Florianópolis/SC	8,5	9,3	9,2	9,6	0,2	6,8
Porto Alegre/RS	8,9	10,4	10,1	9,5	0,8	13,2
Manaus/AM	9,1	8,8	8,0	8,7	0,9	50,9
São Luís/MA	8,3	10,2	8,0	7,9	0,5	16,0
Curitiba/PR	6,8	6,7	6,5	6,9	1,0	17,1
São Paulo/SP	5,7	5,9	5,9	5,4	5,9	27,0
Vitória/ES	5,6	5,9	4,7	4,2	0,2	9,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2005, dados sujeitos a revisão.

Tipologia dos municípios por Grandes Regiões

A análise da tipologia dos municípios foi efetuada por Grandes Regiões. Caracterizou-se como “predomínio” os municípios onde o valor adicionado da agropecuária, indústria ou serviços registrava valor superior ou igual a 70% do total do PIB do município. Foram definidos como “maior” os casos em que um dos setores apresentou valor entre 40% (inclusive) e 70% (exclusive), do total.

O setor serviços, que mais se destacava espacialmente nas cinco regiões brasileiras, compreende uma ampla e diversificada gama de atividades, envolvendo desde serviços básicos e pessoais até serviços avançados e especializados. Esse setor abrange ainda administração pública, defesa e seguridade social, que exerce um peso

importante no PIB de uma parcela considerável de municípios brasileiros. Para relativizar essa ocorrência foram hachurados os municípios onde a administração pública, defesa e seguridade social atingiram valores superiores a 50% do PIB do município.

Em determinados municípios observou-se uma economia mais diversificada para os quais não se pôde definir a predominância de um só setor de atividade. Considerando que uma das conseqüências diretas das transformações tecnológicas e da reestruturação produtiva foi a interdependência crescente entre a produção industrial e os serviços, percebe-se uma redução cada vez maior da distância entre os dois setores. Essa complementaridade, reflete-se, diretamente na organização espacial das atividades econômicas. Regiões tradicionalmente de perfil industrial vêm apresentando crescente participação do setor serviços, especialmente no que se refere a serviços avançados (prestados principalmente às empresas). Paralelamente a esse processo, à medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, insumos materiais e imateriais, foram estabelecidas também novas relações entre o campo e a cidade, o que consolida um setor de serviços voltado diretamente para atender às demandas do setor agropecuário. Nesse sentido é importante analisar a dinâmica desse setor em articulação com as dinâmicas industrial e agropecuária, uma vez que a fronteira entre os setores é cada vez mais vaga.

Os municípios classificados como equilíbrio – entre agropecuária e serviços ou indústria e serviços – apresentaram valores superiores a 40% em dois setores, com diferença entre eles menor ou igual a 5%. Finalmente, no caso de equilíbrio entre os três setores, encontram-se os municípios em que nenhum dos setores da economia alcançaram 40% do valor adicionado.

Na Região Norte, o estado do Pará, em virtude de seu histórico de ocupação, caracterizou-se pela maior diversidade tipológica, cabendo ressaltar no entanto, o peso da pecuária, como no Município de São Félix do Xingu (Pará). Associado à criação de gado, o setor industrial de abate e preparação de produtos de carne, também apresentou destaque na economia dos municípios paraenses. No setor industrial destacou-se, especialmente, Barcarena, pela produção de alumínio, Tucuruí, pela usina hidrelétrica, segunda maior do País, e Parauapebas, pela presença da indústria de extração mineral.

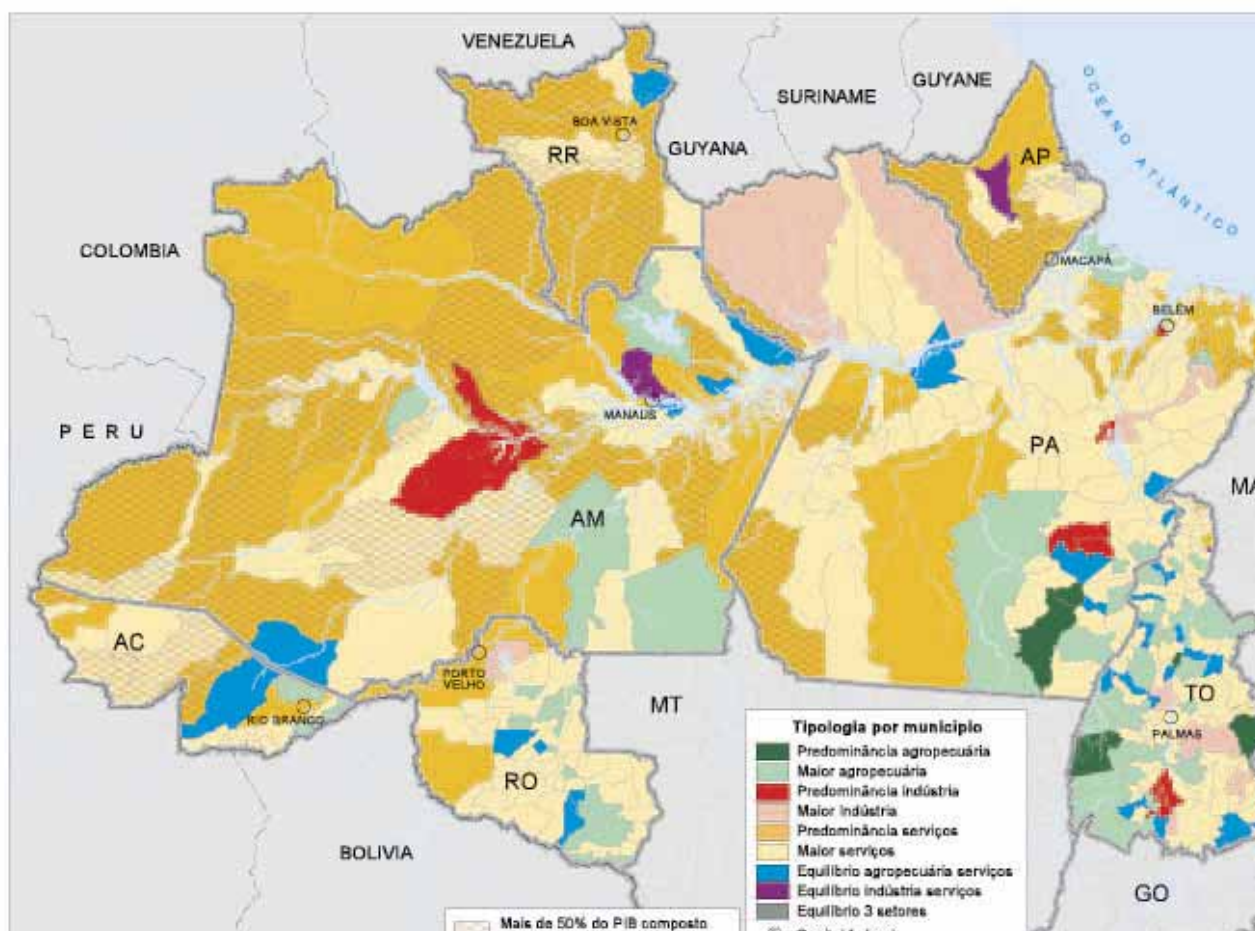
No Amazonas é importante apontar o predomínio da indústria nos Municípios de Coari, pela indústria petrolífera, e de Manaus, especificamente no setor eletroeletrônico e de material de transporte da Zona Franca. Em grande parte, as áreas industriais do norte brasileiro estavam vinculadas a grandes projetos de capital privado ou eram frutos de políticas industriais do estado, como a implantação da Zona Franca.

No Tocantins, especialmente o eixo da BR-153 (Belém-Brasília), caracterizou-se pela maior diversidade tipológica, ressaltando-se no entanto, o peso do setor agropecuário, ligado à produção de soja, a principal do estado, à criação de gado bovino, e também um setor industrial voltado principalmente para produtos alimentícios.

A atividade agropecuária respondeu também por parte importante da economia do Estado de Rondônia, principalmente nos municípios do eixo da BR-364 (Rodovia Cuiabá-Porto Velho).

Na maioria dos municípios dos Estados de Roraima e do Acre e em boa parte dos municípios do Amapá e do Amazonas a administração pública respondeu por mais de 50% do PIB.

A tipologia da Região Norte está representada no Cartograma 8.

Cartograma 8 - Tipologia do valor adicionado, por município - Região Norte - 2005


Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Na Região Nordeste, de modo geral, a maior parte dos municípios apresentou predomínio do setor de serviços, com grande participação da administração pública.

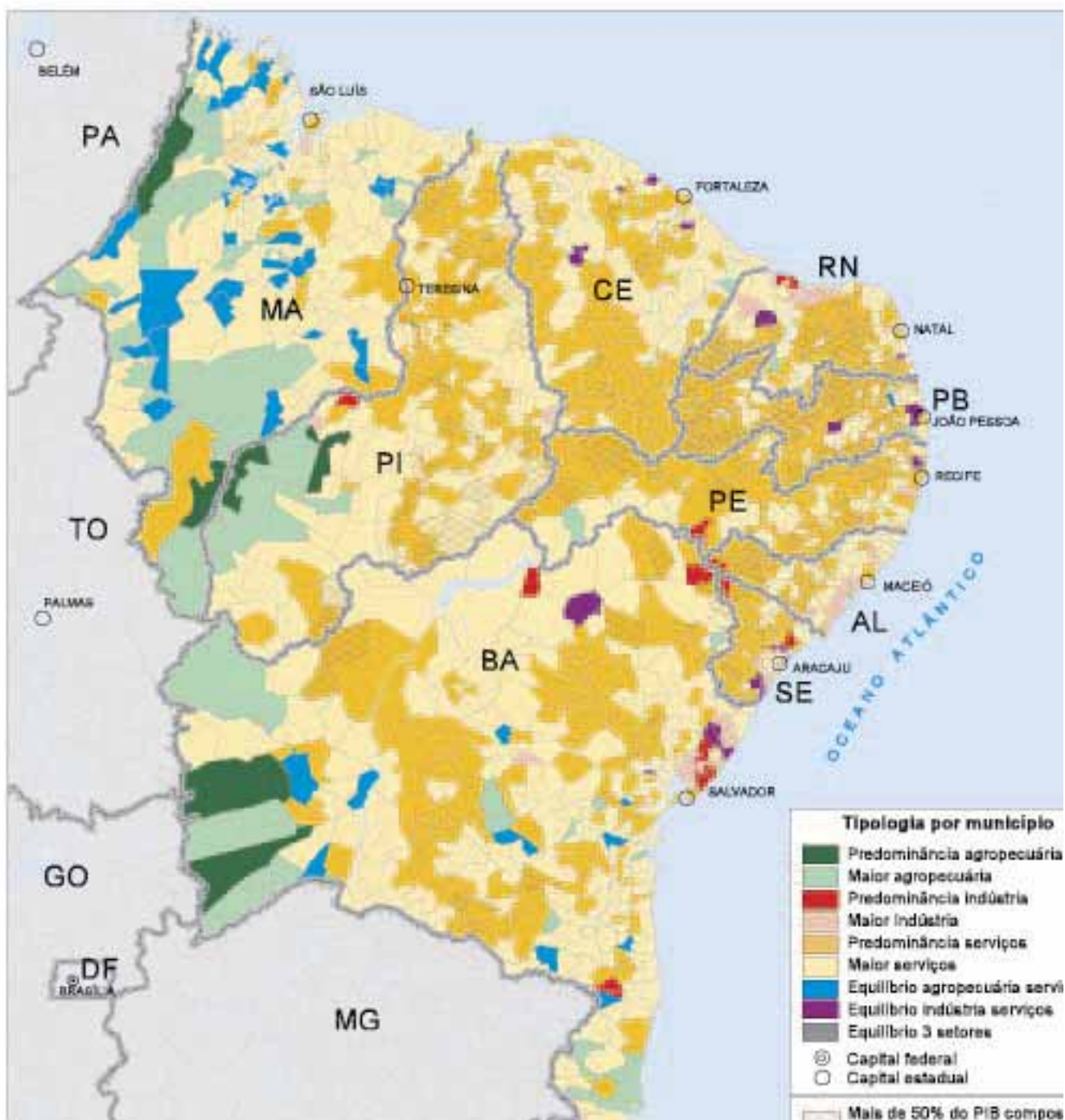
O setor agropecuário tinha destaque no centro-oeste do Maranhão, voltado principalmente para a produção de arroz e soja e criação de gado bovino. A grande produção de grãos no oeste da Bahia, especialmente soja, levou o setor agropecuário a apresentar grande importância na região. A fruticultura irrigada no vale do São Francisco (Bahia), respondeu pela maior parte do valor adicionado da agropecuária nessa área.

No litoral da Bahia, em Camaçari, o peso da indústria do petróleo elevou o valor adicionado do setor no município. Outro município baiano com ênfase na indústria foi Mucuri, localizado no extremo sul do estado, com destaque para o setor de celulose, papel e produtos de papel.

As unidades de produção de fertilizantes em Laranjeiras (Sergipe), próximo à capital do estado e de extração de petróleo em Macau e Mossoró, no Rio Grande do Norte, foram responsáveis em grande parte pelo peso da indústria nestes municípios. No Ceará, o destaque foi o pólo calçadista, em Sobral, e o têxtil e de confecções, na região de Fortaleza.

No Cartograma 9 está representada a tipologia da Região Nordeste.

Cartograma 9 - Tipologia do valor adicionado, por município - Região Nordeste - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

O predomínio espacial do setor serviços na Região Sudeste diferiu daquele observado no norte e nordeste. Os municípios do sudeste apresentaram economia diversificada, com um setor de serviços fortemente articulado à indústria e também a outros serviços avançados. Tinham destaque na região, e especialmente nos grandes centros urbanos, serviços ligados a atividades jurídicas, de contabilidade e auditoria, de pesquisa, de gestão, serviços de arquitetura e engenharia, etc.

A região do ABC e os eixos São Paulo–Campinas–Rio Claro e São Paulo–Sorocaba destacaram-se, na Região Sudeste, pelo perfil industrial dos municípios, especialmente nos setores metalúrgico, químico e material de transportes. No Estado do Rio de Janeiro era marcante o peso da indústria extrativa do petróleo na economia dos municípios do litoral norte fluminense, com forte predominância da indústria. Também merece destaque o eixo da BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) na região do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista, onde os setores metal-mecânico e de material de transporte respondiam por grande parte da atividade industrial.

No entorno de Belo Horizonte encontrava-se também um importante complexo industrial, com destaque para os setores de metalurgia básica e material de transporte (montagem de veículos e equipamentos de transporte).

No entorno de Vitória, no Espírito Santo, estavam localizadas indústrias siderúrgicas e alimentícias. No Município de Aracruz tinha destaque as indústrias de papel e celulose e, em Anchieta, a predominância industrial foi resultado do beneficiamento do minério de ferro.

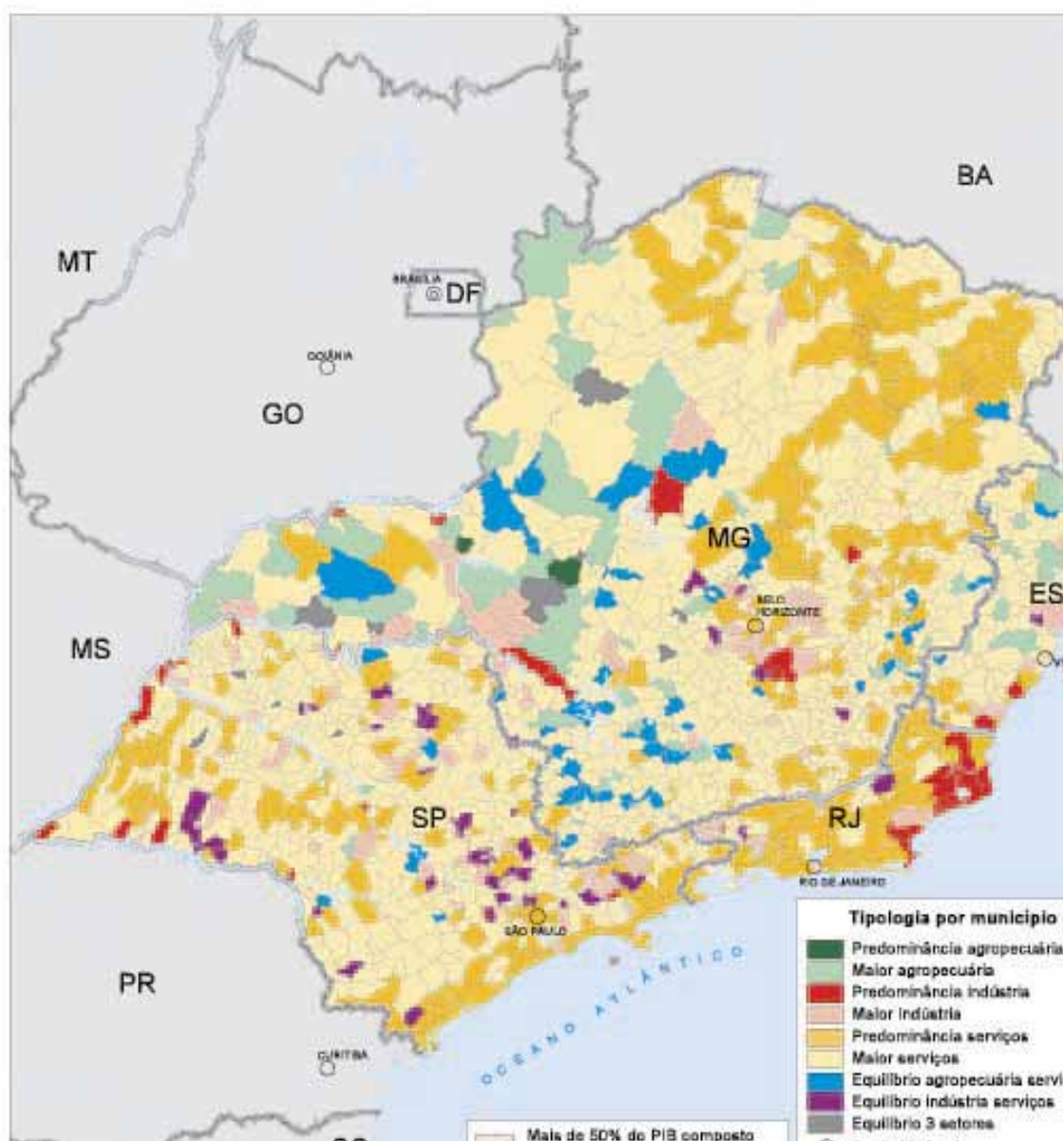
Apesar do norte e noroeste do Estado de São Paulo terem apresentado um perfil agropecuário marcante, com cultivos diversificados, com destaque para a laranja e a cana-de-açúcar, os serviços tinham um forte peso econômico, ligados à agricultura moderna e a importantes centros urbanos, como Ribeirão Preto, Barretos e São José do Rio Preto. No Triângulo Mineiro a soja, a cana-de-açúcar, a fruticultura, a pecuária bovina e avícola responderam pelo peso da atividade agropecuária no PIB dos Municípios da região. A presença de grandes atacadistas na região, especialmente no Município de Uberlândia, reforçaram nessa área o peso do setor serviços.

No sul de Minas Gerais, municípios como Varginha, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí eram importantes no setor de serviços, além da presença de um parque industrial diversificado.

Em parte dos municípios das regiões metropolitanas, especialmente de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e em algumas áreas de reconhecida importância industrial, o setor serviços apresentou um grande peso, o que deve ser compreendido pela forte articulação entre os dois setores, que reflete a atual organização das atividades econômicas. A tipologia da Região Sudeste está representada no Cartograma 10.

Na Região Sul os municípios do Vale do Itajaí (Santa Catarina) e o do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul apresentaram perfil marcadamente industrial.

No Vale do Itajaí e no eixo entre Florianópolis e Curitiba as indústrias têxtil e de vestuário tinham presença marcante na economia municipal. A Região Metropolitana de Porto Alegre, destacou-se como um importante centro industrial diversificado. O pólo petroquímico de Triunfo respondeu em grande medida pela predominância industrial naquela área. A economia de Porto Alegre, Gravataí, Canoas, Guaíba e Cachoeirinha era marcada pelo complexo metal-mecânico. A indústria de material de transporte estava presente em Gravataí e Canoas. São Leopoldo e Novo Hamburgo eram importantes pólos da cadeia produtiva de artigos de couro.

Cartograma 10 - Tipologia do valor adicionado, por município - Região Sudeste - 2005

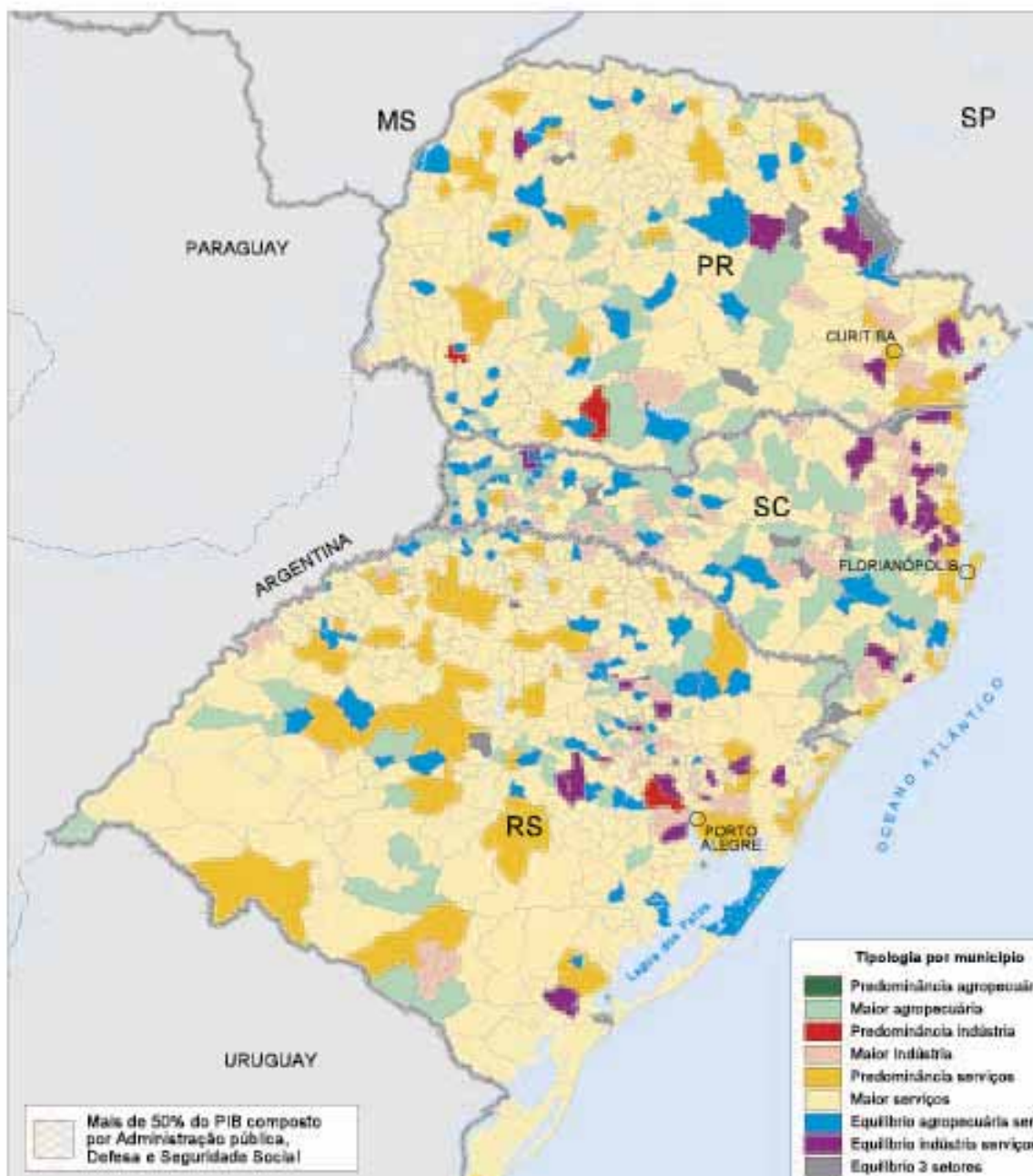
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Outro reconhecido pólo especializado era o de minerais não-metálicos e de cerâmica, que estendiam-se entre São Bento do Sul, em Santa Catarina e Rio Branco do Sul, no Paraná. Merece destaque também o eixo Chapecó-Seara-Concórdia, em Santa Catarina, com a produção industrial voltada para o setor alimentícios de processamento de produtos suínos e avícolas.

Joinville, além de importante centro de serviços no norte catarinense, com a tipologia do valor adicionado com maioria nos serviços, caracterizava-se como um dos mais dinâmicos pólos industriais do sul do País, com presença de grandes empresas dos setores metal-mecânico, químico, plástico e têxtil.

O setor agropecuário apareceu na porção central e oeste da Região Sul com a produção de arroz, milho, soja, fruticultura, erva-mate, entre outros, além da criação de bovinos principalmente no Rio Grande do Sul, e de suínos e aves em Santa Catarina. No Cartograma 11 está representada a tipologia da Região Sul.

Cartograma 11 - Tipologia do valor adicionado, por município - Região Sul - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

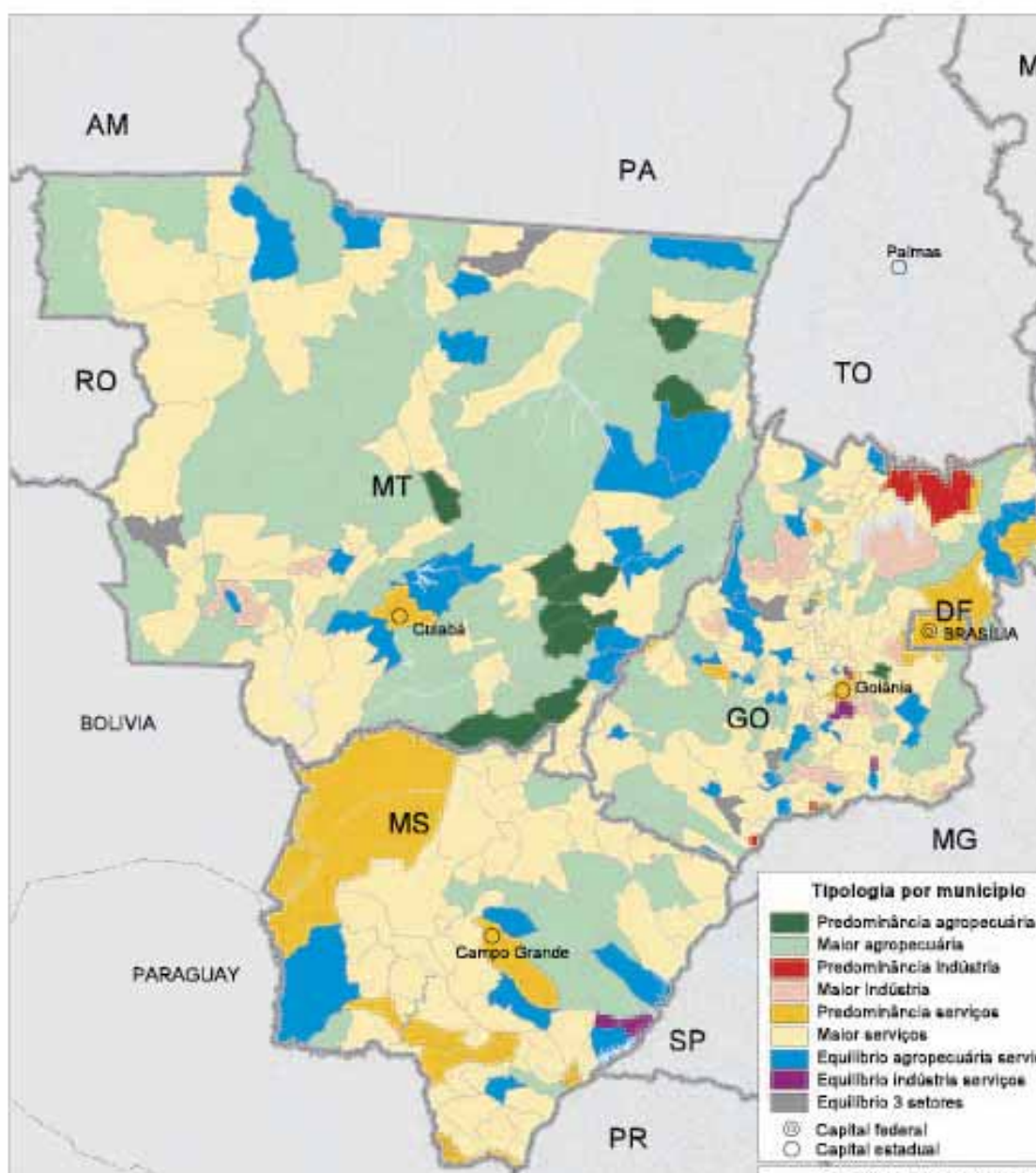
O Centro-Oeste apresentou um forte peso da agropecuária, destacando-se a soja, o algodão e o milho, além do rebanho bovino. A distribuição da produção agropecuária se fez pela maior parte dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. O setor serviços ganhou também destaque, associado em muitos dos municípios da região, à agropecuária moderna e à agroindústria.

Situação diversa em Brasília (Distrito Federal), Goiânia (Goiás), Cuiabá (Mato Grosso) e Campo Grande (Mato Grosso do Sul), onde as funções administrativas e os demais serviços oferecidos por estes centros responderam pelo peso do setor no cálculo do PIB.

No Estado de Goiás registrou-se a ocorrência de alguns municípios com considerável participação industrial, principalmente vinculada à indústria extrativista mineral, como em Cavalcante, com estanho, Minaçu, com a maior jazida de amianto do Brasil e Niquelândia, pela extração de níquel.

A tipologia da Região Centro-Oeste está representada pelo Cartograma 12.

Cartograma 12 - Tipologia do valor adicionado, por município - Região Centro-Oeste - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.